



Universidade de Brasília

Universidade de Brasília – UnB

Instituto de Psicologia – IP

Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED

Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde - PGPDS

**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO HUMANO,  
EDUCAÇÃO E INCLUSÃO ESCOLAR – UnB/UAB**

**ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO E SUA CONTRIBUIÇÃO  
PARA O DESENVOLVIMENTO DE ALUNOS COM NECESSIDADES  
EDUCACIONAIS ESPECIAIS**

**SAMIA CAMPELO BRAGA**

**ORIENTADOR(A): PROFª MSc. CLEIA ALVES NOGUEIRA**

**BRASÍLIA/2015**



Universidade de Brasília

Universidade de Brasília – UnB

Instituto de Psicologia – IP

Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED

Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde - PGPDS

**SAMIA CAMPELO BRAGA**

**ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO E SUA CONTRIBUIÇÃO  
PARA O DESENVOLVIMENTO DE ALUNOS COM NECESSIDADES  
EDUCACIONAIS ESPECIAIS**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, do Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED/IP – UnB/UAB.

Orientador (a): Profa. MSc. Cleia Alves Nogueira

BRASÍLIA/2015

## **TERMO DE APROVAÇÃO**

SAMIA CAMPELO BRAGA

### **ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DE ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS**

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar – UnB/UAB. Apresentação ocorrida em 28/11/2015.

Aprovada pela banca formada pelos professores:

---

Cleia Alves Nogueira (Orientador)

---

Franciene Soares Barbosa de Andrade (Examinador)

---

Samia Campelo Braga (Cursista)

BRASÍLIA/2015

## DEDICATÓRIA

*Dedico esse trabalho a todos os amigos, colegas e profissionais da educação que contribuíram de alguma forma para que eu pudesse concluir essa grande jornada acadêmica.*

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente a Deus, de quem vem à força para nos ajudar em todos os momentos.

À Prof<sup>a</sup> Msc. Cleia Alves Nogueira e ao Prof<sup>o</sup> Ferreira pela orientação, dedicação e paciência.

Aos meus colegas de trabalho por me ajudarem na construção dessa monografia.

Aos meus amigos da turma Ricardo Gelete e Fátima Fernandes pelo incentivo e auxílio nos momento que pensei em desistir.

Aos profissionais da escola na qual a pesquisa foi realizada que me atenderam prontamente.

## **RESUMO**

Esta pesquisa teve por objetivo apresentar um estudo que foi realizado mediante a análise do trabalho desenvolvido pelo professor da sala de recurso multifuncional e dos professores da sala de ensino regular que possuem alunos com necessidades educacionais especiais de uma escola de ensino fundamental I da rede estadual de Rio Branco. Para tanto, foi escolhida a metodologia qualitativa tendo como instrumento: o questionário. Tal pesquisa constatou que o atendimento individual do aluno na sala de recurso multifuncional, em conjunto com o trabalho planejado do professor do ensino regular traz avanços significativos na vida do aluno, promovendo a inclusão deste no meio ao qual está inserido. Além de um direito o atendimento educacional especializado tem sido a melhor forma para promover a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais. Por isso, vejo como algo de muita relevância estudarmos sobre como é desenvolvido o atendimento a esses alunos. Foram utilizadas como suporte para a análise deste estudo as leis que regem a educação especial e inclusiva, bem como a forma que as salas de recursos multifuncionais se organizam e fazem seus planejamentos juntamente com os professores da sala de ensino regular, temos como estudiosos da área: Araújo (2003), Arnal; Mori (2007), Mantoan (1998), Silva (1987), Sasaki (1997).

**Palavras-Chave:** Sala de Recursos Multifuncional. Professor. Inclusão

## SUMÁRIO

RESUMO.....	5
1 APRESENTAÇÃO .....	8
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA .....	10
2.1 O Conceito de Deficiência.....	10
2.2 Uma Perspectiva da Educação Especial e a Proposta de Inclusão Escolar .....	13
2.3 Legislações de Inclusão Escolar .....	17
2.4 O Ensino Regular X o Ensino Especial .....	25
2.5 O Desempenho do Professor da Sala de Atendimento Educacional Especializado .....	28
2.6 O Papel da Sala de Recursos Multifuncionais .....	33
2.7 O Planejamento Pedagógico dos Professores da Sala Regular e da Sala de Recurso Multifuncional.....	35
3 OBJETIVOS .....	37
3.1 Geral.....	37
3.2 Específicos .....	37
4 METODOLOGIA .....	38
4.1 Fundamentação Teórica da Metodologia.....	38
4.2 Contexto da Pesquisa .....	39
4.3 Participantes .....	40
4.4 Materiais .....	40
4.5 Instrumentos de Construção de Dados .....	40
4.6 Procedimentos de Análise de Dados.....	41
5 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	42
5.1 Características dos Professores Regentes que Atuam com ANEEs .....	42
5.2 Características do professor da sala de Recurso Multifuncional .....	42
5.3 A Inclusão como Oportunidade de Aprendizagem e Inclusão Social .....	42
5.4 A Contribuição do Trabalho Desenvolvido na Sala de Recurso Multifuncional.....	43
5.5 A Aprendizagem do Aluno Atendido na Sala de Recurso Multifuncional.....	46
5.6 Como o Planejamento Coletivo pode Contribuir para o Trabalho do Professor do Ensino Regular com Aluno Especial .....	47
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	49
REFERÊNCIAS.....	50
APÊNDICES.....	56
APÊNDICE A – Questionário para o Professor da Sala de Recursos Multifuncional .....	56
APÊNDICE B - Questionário para o professor regente que tem aluno atendido na sala de recursos .....	58
ANEXOS .....	60
ANEXO A - Aceite Institucional .....	60
ANEXO B – Carta De Apresentação .....	61
ANEXO C - Termo De Consentimento Livre E Esclarecido.....	62

## 1 APRESENTAÇÃO

Esta pesquisa foi realizada para a produção de uma monografia para a conclusão do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, do Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED/IP – UnB/UAB que tem como tema o atendimento educacional especializado e sua contribuição para o desenvolvimento de alunos com necessidades especiais, para tanto buscou se conhecer a realidade das salas de recursos multifuncionais.

Durante o curso de especialização estudamos vários temas interessantes que despertaram em nós professores o desejo de nos aprofundarmos para termos uma melhor compreensão do funcionamento da sala de recursos multifuncional e podermos ajudar nossos alunos. Várias atividades foram feitas e ao longo da semana 4 havia descrito em minha tarefa que gostaria de dissertar sobre o Autismo, que ao meu ver é uma temática muito interessante da qual tenho muito interesse, porém após várias leituras, visitas e conversas com professores resolvi mudar a temática para estudar e me aprofundar um pouco mais sobre o trabalho desenvolvido nas Salas de Recursos Multifuncional e seu trabalho no desenvolvimento dos alunos com necessidades educacionais especiais.

Assim, essa pesquisa objetiva apresentar como acontece o trabalho desenvolvido na sala de recursos multifuncionais na qual um dos seus objetivos é viabilizar a inclusão escolar, por meio desse atendimento aos alunos com necessidades educacionais especiais.

Será que existe um planejamento voltado para esse aluno que garanta a aprendizagem dele? Será que a prática pedagógica da escola está promovendo a inclusão desse aluno? De que maneira a escola organiza seu planejamento para que haja uma integração entre o trabalho do professor da sala de recursos multifuncionais e do professor do ensino regular?

Além de um direito o atendimento educacional especializado tem sido a melhor forma para promover a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais. Por isso, vejo como algo de muita relevância estudarmos sobre como é desenvolvido o atendimento a esses alunos. Para tanto, foi selecionada uma escola estadual do município de Rio Branco que chamaremos de escola A. Foram utilizadas como suporte para a análise deste estudo as leis que regem a educação especial e inclusiva, bem como a forma que as salas de recursos multifuncionais se organizam e fazem seus



planejamentos juntamente com os professores da sala de ensino regular, temos como estudiosos da área: Araújo (2003), Arnal; Mori (2007), Mantoan (1998), Silva (1987), Sasaki (1997).

O trabalho foi iniciado a partir de uma perspectiva histórica, isto é, pontuando os aspectos históricos de como as pessoas com deficiência física e/ou intelectual era vista ao longo do tempo e como chegamos à visão que temos atualmente, e como a escola se organizou ao longo dos anos para promover a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais. Não deixando de considerar que os direitos conquistados pelas pessoas com deficiência não estão desvinculados dos fatos históricos do qual iremos relatar, pois estes são imprescindíveis para compreensão da evolução que nossa sociedade passou e conseqüentemente foi garantido direitos por meio das legislações vigentes.

Esperamos descrever de que maneira a escola, mas precisamente a sala de recursos multifuncional pode romper com o assistencialismo excludente para promover a efetiva inclusão social, levando cada aluno a ser um sujeito ativo dono do seu próprio destino, deixando de ser um simples beneficiado. Partimos do princípio de igualdade de direitos e de dignidade humana que por algumas vezes fica de lado, por vários motivos, por isso acreditamos que a educação se constitui em uma poderosa arma na garantia dos direitos das pessoas com necessidades educacionais especiais. Assim, Araújo (2003, p. 46) nos afirma que:

Toda e qualquer interpretação constitucional que se faça, deve passar, obrigatoriamente, pelo princípio da igualdade. Só é possível entendermos o tema de proteção excepcional das pessoas portadoras de deficiência se entendermos corretamente o princípio da igualdade.

O princípio da igualdade se efetiva o no âmbito educacional, que faz com que todos os alunos não tenham apenas o acesso, mas que seja garantida a permanência deste no ensino regular por meio de um trabalho que será desenvolvido para apoiar o professor da sala de aula no ensino regular. Assim, descreveremos a importância do trabalho realizado nas salas de Recursos Multifuncionais e como este contribui para promoção da inclusão escolar e social de cada aluno.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### 2.1 O Conceito de Deficiência

A perspectiva histórica que relata como as pessoas deficientes foram tratadas ao longo dos anos deve ser vista como algo não linear e não homogêneo. É importante salientar que nessa trajetória podemos identificar como socialmente esse conceito de deficiência foi sendo alterado no decorrer dos anos.

Por bastante tempo as pessoas que eram deficientes foram tidas como pessoas incapazes de aprender, e, desta forma, foram excluídas do acesso à educação e cultura. Segundo Chicon e Soares (2003, *apud* Lima et. ali. 2004 p. 09-10), a sociedade ficou restrita apenas a três atitudes em relação à pessoa com deficiência:

[...] inicialmente, seguindo a seleção biológica dos espartanos, ela demonstrou menosprezar, eliminar/destruir todas as crianças mal formadas ou deficientes; os bebês que nasciam com alguma deficiência ou “deformação” eram jogados de uma montanha, eliminando-se, assim, o que não era “perfeito”. Posteriormente, numa atitude reativa, provinda da proteção e assistencialismo do Cristianismo, evidenciou-se um conformismo piedoso; e, em seguida, já na Idade Média, o comportamento da sociedade caracterizou-se pela segregação e marginalização da pessoa com deficiência, operadas pelos “exorcistas” e “exconjugadores” da época, os quais acreditavam que as pessoas com deficiência faziam parte de crenças demoníacas, supersticiosas e sobrenaturais.

Conforme Silva (1987) com o passar dos anos foi possível perceber que a exclusão de pessoas com deficiência não era algo da atualidade, mas se constituía em uma prática desde os tempos mais remotos. Como por exemplo, no período da Idade Antiga, na Roma, crianças nascida com deficiência eram jogadas em rios, enquanto na Grécia antiga essas crianças eram abandonadas nas montanhas, já em Espartas por volta de 480 a.C., os recém-nascidos que eram tidos como frágeis e/ou deficientes ou que adquiriam alguma deficiência eram jogados no mar ou em precipícios.

Durante a idade antiga, havia uma forte supervalorização a perfeição e a estética corporal por esse motivo as pessoas com deficiência dentro dessa civilização era vista como uma monstruosidade conforme descreve Silva (1987, p. 46) com base no discurso de Sêneca (4-65 d.C.) que relata que:

[...] Não se sente ira contra um membro gangrenado que se manda amputar; não o cortamos por ressentimento, pois, trata-se de um rigor salutar. Matam-se cães quando estão com raiva;

exterminam-se touros bravios; cortam-se as cabeças das ovelhas enfermas para que as demais não sejam contaminadas; matamos os fetos e os recém-nascidos monstruosos; se nascerem defeituosos e monstruosos afogamo-los; não devido ao ódio, mas à razão, para distinguirmos as coisas inúteis das saudáveis”.

Segundo Silva (1987, p. 21) “anomalias físicas ou mentais, deformações congênitas, amputações traumáticas, doenças graves e de consequências incapacitantes, sejam elas de natureza transitória ou permanente, são tão antigas quanto a própria humanidade” Tal afirmação nos permite saber que desde os tempo mais primitivo até os dias mais atuais, sempre existiram pessoas deficientes e que por muito tempo ficaram a margem da sociedade.

O autor acima citado ainda apresenta que a resistência social á aceitação das pessoas com deficiência vêm de muitos anos. E isto, se evidencia durante a era cristã também foi evidente a exclusão, principalmente pelos romanos. Misés (1977, p. 72) retrata um pouco desse período:

Nós matamos os cães danados e touros ferozes, degolamos ovelhas doentes, asfixiamos recém nascidos mal constituídos, mesmo as crianças se forem débeis ou anormais, nós as afogamos, não se trata de ódio, mas de razão que nos convida a separar das partes são aquelas que podem corrompê-las.

Desta forma, conforme Misés (1977) o período da idade média, os deficientes eram fo tidos como a propria imagem do diabo e também eram associados à feitiçaria, razão esta que fazia os mesmos sofrerem com perseguições, chegando algumas vezes até a serem mortos. Nesse período, a Igreja Católica exercia uma forte influencia sobre a opinião das pessoas e assim disseminavam uma atitude discriminatória e de perseguição em relação aos deficientes, e aqueles que conseguiam escapar viviam marginalizados e sofriam com muitas privações, ou ainda existiam aqueles que, ficavam sob o domínio dos senhores.

Misés (1977) aponta que a falta de esclarecimento científico nas questões das doenças era um forte fator contribuinte para a crença de que os males se davam de maneira sombria, misteriosas e fantasiosas. E assim, os chefes da Igreja Católica ensinavam os fieis. Outro fator importante a ser destacado desse período era a crença de que o homem era templo de Deus, e assim aqueles que nasciam com alguma deformidade, ou alguma coisa fora do “normal”, eram automaticamente tidos como casa do diabo. Podemos dizer que nesse período de trevas de conhecimento científico da Idade Média contribuiu de maneira significadamente para que as crenças da Igreja

fossem a maior verdade na época. Além dos deficientes estarem associados as obras do demônio, eles também foram usados para que a Igreja trabalhasse os valores da caridade, através do ensino que a deficiência era uma forma de alertar e estimular os fiéis para realização de caridade ao seu próximo. Dessa maneira, o mal de uns eram usados para proporcionar a salvação de outros.

Misés (1977) ainda apresenta que o cristianismo e a difusão da doutrina cristã com base nos valores de: caridade, humildade, amor ao próximo, tiveram grande contribuição e favoreceu as pessoas com deficiência que estavam a margem da sociedade. Esses valores possibilitaram a criação de hospitais voltados aos pobres e deficientes.

O “Renascimento” foi um período conhecido por ter maior esclarecimento, e marcado pelo estabelecimento dos direitos universais e o avanço da ciência. Segundo Silva (1987) nos séculos XVI e XVII, os países europeus, iniciaram as construções de locais para o atendimento das pessoas com deficiência. No mundo Ocidental os registros que temos do atendimento as pessoas com necessidades especiais começaram no século dezesseis a ser objetivo da medicina e não mais da igreja, já no Brasil até a década de 50 não havia referencia de Educação Especial. Na década de 70, foi implementado um subsistema educacional criando classes especiais. Já o atendimento escolar especial para as pessoas com deficiência no Brasil iniciou com a criação do Imperial Instituto dos Meninos Cegos (o atual Instituto Benjamin Constant) fundada pelo Imperador Dom Pedro II (1840-1889) através do Decreto Imperial nº 1.428, de 12 de Setembro de 1854. Já em 1857 mais uma inauguração marca essa trajetória, que foi o Imperial Instituto de Surdos Mudos (o atual Instituto Nacional de Educação de Surdos- INES), este tinha um importante papel de atender todas as pessoas surdas do nosso país, na qual a grande maioria eram pessoas que tinham sido abandonadas por suas famílias.

Segundo Mazzota (2005) o século XX foi o mais importante, pois as pessoas com deficiência tiveram uma maior atenção, principalmente com o desenvolvimento de especialidades e programas de reabilitação específicos. Nesse período, a deficiência passa a ter um outro significado, deixa de ser visto como um desígnio sobrenatural passa a ser concebida como algo natural, ou seja, assume um caráter mais orgânico. Desta forma, as pessoas com deficiências começaram a serem tidas como cidadãos possuidores de direitos e deveres, bem como sujeitos participantes da sociedade, no entanto ainda predominava o assistencialismo. Com a Declaração Universal dos Direitos Humanos tivemos os primeiros movimentos das famílias das pessoas que são

deficientes contra a discriminação e o preconceito. Nos meados do século XX, o Brasil já tinha cinquenta e quatro estabelecimentos de ensino regular e onze instituições especializadas.

## **2.2 Uma Perspectiva da Educação Especial e a Proposta de Inclusão Escolar**

A partir do entendimento de que todas as pessoas têm o direito a educação não segregada, mas que o aluno com deficiência possa estar na sala de ensino regular aprendendo e participando sem nenhum tipo de discriminação é que surge a proposta da Educação Inclusiva como uma ação política, social, pedagógica e cultural. Está emergente num contexto na qual se busca superar as dificuldades que os sistemas públicos de ensino enfrentam para abolir as práticas discriminatórias. Assim, a Educação Inclusiva assume o papel do debate de como modificar a concepção que a sociedade tem do aluno com deficiência e qual o papel da escola dentro desse contexto de superação da exclusão.

Rosa (2005, p. 88) apresenta que é necessária uma mudança para garantir a qualidade educacional para todos os alunos:

[...] o aprimoramento da qualidade do ensino regular e a adição de princípios educacionais válidas para todos os alunos resultarão naturalmente na inclusão escolar dos portadores de deficiência. Em consequência, a educação especial adquire uma nova significação. Torna-se uma modalidade de ensino destinada não apenas a um grupo exclusivo de alunos – o dos portadores de deficiência – mas uma modalidade de ensino especializada no aluno e dedicada à pesquisa e ao desenvolvimento de novas maneiras de se ensinar, adequadas à heterogeneidade dos aprendizes e compatíveis com ideais democráticos de uma educação para todos.

Assim, houve a necessidade de criar políticas públicas que seja capaz de garantir uma educação de qualidade para todos os alunos, sem deixar de considerar os avanços do conhecimento e da tecnologia e as lutas sociais, por isso, Ministério de Educação e Cultura, e a Secretaria de Educação Especial propõe uma Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva.

Segundo Rosa (2005) inicialmente havia a proposta de uma escola para poucos indivíduos, mas com a democratização da educação nos deparamos com a universalização e o acesso dos sistemas de ensino, por outro lado havia a exclusão daqueles sujeitos que estão fora do padrão da homogeneidade da escola. A autora acima citada ainda apresenta que a visão dos direitos humanos e a difusão do conceito

de cidadania pautado no reconhecimento das diferenças e no direito de todos à participação se inicia um processo que busca identificar os mecanismos e os processos que contribuem para efetivação da desigualdade.

Dessa forma, a Educação Especial se organizou para promover o atendimento educacional especializado que iria substituir o ensino regular, tal ação era fundamentada nos conceitos de normalidade e anormalidade. Essas ações se concretizaram com a criação das Instituições Especializadas e a formação das classes especiais. No Brasil podemos exemplificar essas ações com a criação do Imperial Instituto dos Meninos Cegos em 1854 no Rio de Janeiro.

A Declaração do Salamanca foi um divisor de águas na Educação Inclusiva, pois, a mesma partiu do pressuposto de que:

As escolas regulares com orientação para a educação inclusiva são o meio mais eficaz no combate às atitudes discriminatórias, propiciando condições para o desenvolvimento de comunidades integradas base de construção da sociedade inclusiva e obtenção de uma real educação para todos. (UNESCO, 1994, p. 1).

A Unesco (1994) apresenta o conceito de Educação Inclusiva e de alunos com necessidades educacionais especiais para que este passe a ser amplamente compreendido e difundido após a Declaração de Salamanca que defendia a promoção da inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais no mesmo espaço com os outros alunos. Entretanto, vale destacar que por mais que tenhamos uma organização dos sistemas educacionais de ensino inclusivos garantindo por políticas públicas ainda estamos longe de alcançar essa realidade que queremos de inclusão.

Ainda fazendo referência a Declaração de Salamanca (1994, p. 50) que apresenta como as escolas inclusivas devem atender a todos:

O princípio fundamental das escolas inclusivas consiste em que todos os alunos devam aprender juntos, sempre que possível, independentemente das dificuldades e das diferenças que apresentem. As escolas inclusivas devem reconhecer e satisfazer as necessidades diversas dos seus alunos, adaptando aos vários estilos e ritmos de aprendizagem, de modo a garantir um bom nível de educação para todos, através de currículos adequados, de uma boa organização escolar, de estratégias pedagógicas, de utilização de recursos e de uma cooperação com as respectivas comunidades. É preciso, portanto, um conjunto de apoios de serviços para satisfazer o conjunto de necessidades especiais dentro da escola.

Já a Resolução CNE/CEB nº 2/2001 de 11 de setembro de 2001, no artigo 2º apresenta que todos os alunos devem ser matriculados indistintamente:

Art. 2º Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos (BRASIL, 2001, p. 1).

Na perspectiva da Educação Inclusiva, conforme a Resolução CNE/CEB nº 2/2001 o Ensino Especial passa a fazer parte da proposta pedagógica da escola do ensino regular promovendo o atendimento educacional especializado dos alunos. Para isso é necessário haver uma articulação desse atendimento com o ensino regular para promoção da inclusão.

É importante frisar que a Educação Especial se constitui em uma modalidade de ensino que ultrapassa todos os níveis, modalidade e etapas que funciona com o atendimento educacional especializado que irá orientar as práticas pedagógicas para promover a inclusão dos alunos deficientes no ensino regular.

Uma importante ferramenta para a efetivação da inclusão escolar é o Atendimento Educacional Especializado (AEE) que tem como objetivo: a identificação, a elaboração e organização dos recursos pedagógicos. Garantir a acessibilidade para eliminar os empecilhos da participação dos alunos considerando as necessidades específicas de cada aluno é um desafio da escola inclusiva. É preciso ter claro que o atendimento educacional especializado não substitui o Ensino Regular, mas que o aluno com necessidades educacionais especiais deve estar devidamente matriculado e frequentando o ensino regular, recebendo esse atendimento especializado para a complementação da sua formação como cidadão autônomo.

Esse atendimento obrigatoriamente deve acontecer em todas as modalidades da educação básica visando apoiar o desenvolvimento educacional e social dos alunos. A avaliação destes deve ser tida como um processo dinâmico que tem como base o conhecimento prévio e o nível do desenvolvimento dos alunos bem como as possibilidades de aprendizagem por meio de uma ação pedagógica processual e formativa que irá analisar o desempenho do aluno em relação ao seu próprio progresso pessoal, possibilitando assim ter uma melhor intervenção pedagógica e evitando ter um padrão para avaliar e enquadrar.

Para que os sistemas de ensino se organizam na perspectiva inclusiva se faz necessário um corpo de pessoas entre elas: tradutor/interprete de libras, guaiinterpretre, cuidador para alunos que tenham tais necessidades, instrutor e professor. Com o

trabalho destes profissionais e toda a equipe escolar é possível garantir a todos o acesso contínuo ao espaço comum da vida social.

A Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva busca o acolhimento a diversidade humana por meio da aceitação das diferenças e do esforço coletivo para equiparação de oportunidade no desenvolvimento do ensino sem abrir mão da qualidade. O sistema de ensino precisa estar organizado de maneira que possa dar respostas às necessidades educacionais de cada aluno. Pois corremos um sério risco de mascarar a inclusão na medida em que aceitamos as diferenças no interior da escola, mas, não a valorizamos ou se aceitamos as diferenças e podemos não ter compromisso com ela. A inclusão escolar passa pela aceitação, valorização e compromisso com a aprendizagem desse aluno.

A perspectiva da educação inclusiva conforme a Política Nacional de Educação Especial (MEC/SEESP, 2008) que busca a garantia do acesso, a participação e a aprendizagem dos alunos com deficiência nas escolas de ensino regular por meio da promoção do atendimento aos alunos com necessidades educacionais especiais possibilitando: a formação para os professores desenvolverem esse atendimento; a transversalidade da educação especial em toda vida escolar do aluno; a participação da família e da comunidade; a implementação das políticas públicas e a acessibilidade urbanística, arquitetônica, nos mobiliários, na comunicação e informação.

Vale ressaltar, que a proposta da inclusão por meio da inclusão do aluno com deficiência nas salas de aula de ensino regular deve fazer parte da proposta pedagógica de todas as escolas. E a educação especial irá nortear o atendimento conforme as especificidades de cada aluno no processo educacional no qual a escola será orientada para se organizar com redes de apoio, com as formações continuadas para os professores que atuam diretamente com esses alunos para garantir o desenvolvimento de práticas colaborativas.

Miranda (2003) afirmar que trabalhar com classes heterogêneas proporciona vários benefícios para o desenvolvimento dos alunos com necessidades educacionais especiais e também para os alunos não deficientes, pois ambas convivem e trocam experiências, fora a cooperação que é estabelecida pelas interações humanas. Assim, a concretização educacional da inclusão não é garantida apenas por leis e decretos que definem a obrigatoriedade das escolas em matricularem os alunos com necessidades educacionais especiais. Pois a presença desse aluno na escola regular não garante a



inclusão, mas a escola precisa se preparar para atender esses alunos independente de suas diversidades.

É importante ressaltar que a inclusão está para além dos muros da escola, na verdade precisamos transformar nossa sociedade em local onde as diferenças são respeitadas e valorizadas, na qual a discriminação e o preconceito sejam extirpados. Desta forma segundo Aranha (2001, p. 19) podemos dizer que a inclusão:

[...] processo de ajuste mútuo, onde cabe à pessoa com deficiência manifestar-se com relação a seus desejos e necessidades e à sociedade, a implementação dos ajustes e providências necessárias que a ela possibilitem o acesso e a convivência no espaço comum, não segregado.

Segundo Goffredo (1999, p. 68), “a partir do movimento de inclusão, o professor precisa ter capacidade de conviver com os diferentes, superando os preconceitos com relação às minorias. Tem que estar sempre preparado para adaptar-se às novas situações que surgirão no interior da sala de aula”. Dentro desse processo de inclusão o professor se constitui em peça chave, para tanto ele deve estar aberto para exercer o magistério considerando sempre a diversidade humana.

### **2.3 Legislações de Inclusão Escolar**

Quanto ao desenvolvimento do Ensino Especial no tratamento dos alunos com necessidades educacionais especiais Mazzotta (2005) destaca três atitudes sociais que se destacaram, são elas: A LDB n.º 4.024/61 de 20 de dezembro de 1961, que trata da educação de excepcionais que passa a ter direito a educação regular, vale destacar que esta lei significou um grande avanço para esses alunos que eram excluídos da escola, podemos perceber que a promulgação desta lei rompe com o paradigma do assistencialismo, e da terapia ocupacional abrindo as portas para essas pessoas serem incluídas socialmente por meio da escola. No entanto a inclusão ainda era relativa, pois esses alunos passavam por um treino, ou seja, uma adaptação para que estes pudessem estar apto para serem inseridos no ensino regular. Nesse período a escola estava configurada da seguinte forma: educação regular e educação especial pautada pedagogicamente nas patologias.

A LDB n.º 4.024/61 foi alterada pela emenda da Lei 5.692/71 que retrata a garantia do atendimento das pessoas com deficiência, entretanto não explicita como isso acontecerá no âmbito escolar, deixando em aberto para as mais diversas interpretações o

que segundo Mazzota (2005) aponta que o Conselho federal de Educação tem o entendimento de que o tratamento especial não descarta o tratamento regular.

Em 1982 temos a Lei 7.044 de 18 de outubro de 1982, que apresenta nos artigos 4 e 8 a importância de ter um currículo especial a fim de atender as necessidades de cada aluno, e o tratamento especial que cada aluno deve receber:

Art. 4º - Os currículos do ensino de 1º e 2º graus terão um núcleo comum, obrigatório em âmbito nacional, e uma parte diversificada para atender, conforme as necessidades e possibilidades concretas, às peculiaridades locais, aos planos dos estabelecimentos de ensino e às diferenças individuais dos alunos.

Art. 8º - A ordenação do currículo será feita por séries anuais de disciplinas, áreas de estudo ou atividades, de modo a permitir, conforme o plano e as possibilidades do estabelecimento, a inclusão de opções que atendam às diferenças individuais dos alunos.

Art.9º - Os alunos que apresentam deficiências físicas ou mentais, os que se encontram em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados deverão receber tratamento especial, de acordo com as normas fixadas pelos competentes Conselhos de Educação (BRASIL, 1982, p. 1).

A democratização do Brasil trouxe consigo a criação da Constituição Federal de 1988 que tem seus objetivos pautados no princípio de inclusão por meio da redução das desigualdades sociais segundo o artigo 3º item III e o item IV que aponta para promoção do bem de todos sem preconceito. Este avanço da lei possibilitou a garantia do direito das pessoas com deficiência:

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;

II - garantir o desenvolvimento nacional;

III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (BRASIL, 1982, p. 1).

A legislação brasileira garante a toda criança o direito a educação. Segundo o Artigo 205 da Constituição Federal de 1988, toda criança tem direito à educação pública de qualidade, sendo dever do Estado e da família a efetivação desse direito. Nessa mesma proposição a legislação educacional traça metas e estabelece diretrizes para a

educação especial, onde tais diretrizes devem dar continuidade ao processo de ensino e aprendizagem que é ministrado nas escolas de ensino regular.

A Declaração Universal dos Direitos dos Homens e da Criança serviu de fundamento para a educação especial garantindo a educação para todos indistintamente, quaisquer que sejam suas origens ou condições sociais.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1948, a qual afirma o princípio da não discriminação e proclama o direito de toda pessoa á educação, visto que o aprendizado é propício através de uma interação de ações culturais, em que os alunos constroem aquisições de conhecimentos, a partir de mediações educativas advindas principalmente da escola, da família e de sua visão particular de mundo. Independente da sua perda auditiva o aluno surdo é capaz de realizar ações inteligentes, buscando e efetuando através de suas próprias experiências.

A convenção sobre os direitos da criança explicita, no seu quinto princípio, os direitos das pessoas com necessidades educacionais especiais, levando os educadores em geral, a assumirem conscientemente a responsabilidade de valorizá-los como indivíduos e como seres sociais. Prescreve em seu artigo 23º.

Em 1990 o estatuto da Criança e do Adolescente promulga a Lei nº 8.069 de 13 de julho do mesmo ano, que estabelece procedimento nas mais diversas áreas conforme apresenta o artigo 5º e inciso 1º:

Art. 5º Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.

§ 1º A criança e o adolescente portadores de deficiência receberão atendimento especializado (BRASIL, 1990, p. 1).

Visando a promoção da inclusão e a capacitação dos profissionais que trabalham com os alunos com necessidades educacionais especiais o MEC faz uso de suas atribuições e publica uma portaria que faz menção a inclusão da disciplina de: “Aspectos Éticos, Políticos e Educacionais de Normalização e Integração da Pessoa Portadora de Necessidades educacionais Especiais”, conforme o artigo 1º:

Art.1º. Recomendar a inclusão da disciplina “ASPECTOS ÉTICO-POLITICO-EDUCACIONAIS DA NORMALIZAÇÃO E INTEGRAÇÃO DA PESSOA PORTADORA DE NECESSIDADES ESPECIAIS”, prioritariamente, nos cursos de Pedagogia, Psicologia e em todas as Licenciaturas (BRASIL, 1994, p. 1).

A Conferência Mundial sobre a Educação Especial em 1994 em Salamanca na Espanha apresentou objetivos para a formulação e reformas políticas nos sistemas educacionais para promoção da inclusão social. Este é considerado o documento mais importante na efetivação das práticas educacionais inclusivas.

A Declaração de Salamanca ainda trás um conceito de inclusão sendo um desafio para a educação, na medida em que estabelece que o direito de que a educação seja para todos e não somente para aqueles que apresentam necessidades educacionais especiais, como explicita o trecho a seguir:

As escolas devem acolher as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, lingüísticas e outras. Devem adotar crianças com deficiência e crianças bem dotadas; crianças que vivem nas ruas e que trabalham; crianças de populações distantes ou nômades; crianças de minoria lingüísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos ou zonas desfavorecidas ou marginalizadas (UNESCO, 1994, p.17 – 18).

Está explícito que a legislação garante a proteção a todos os alunos, sempre com o intuito de que, todos os discentes devem desenvolver o processo de ensino e aprendizagem na coletividade, independentemente de suas capacidades.

Tal documento trouxe uma ampliação do conceito de necessidades educacionais especiais, e este se constitui como o princípio fundamental de uma escola inclusiva na qual sejam dadas todas as possibilidades para que todas as crianças aprendam juntas, independente de suas diferenças ou dificuldades. Isto é, as escolas devem buscar reconhecer e responder as diversas necessidades de seus alunos assegurando uma educação de qualidade por meio de uma proposta pedagógica apropriada e com estratégias de ensino adequadas para todos os tipos de alunos. Dentro das escolas inclusivas, as crianças com necessidades educacionais especiais deveriam receber qualquer apoio extra que possam precisar, para que se lhes assegure uma educação efetiva.

A Declaração de Salamanca possibilitou a discussão dos princípios, políticas e práticas da Educação Especial para garantir que a escolas de ensino regular sejam inclusivas no combate a discriminação, bem como se constitui em uma instituição devidamente preparada para atender os mais diversos alunos.

A Lei de Diretrizes e Base da Educação (LDBEN) promulgada no dia 20 de dezembro de 1994 coloca o Estado como aquele que deve garantir o atendimento Educacional Especializado de forma gratuita preferencialmente nas turmas do ensino

regular conforme o artigo 5º, já no artigo 59º há uma descrição de como deve funcionar esse atendimento:

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação: (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013).

I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;

II - terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;

III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

IV - educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;

V - acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular (BRASIL, 1994, p. 74).

Em 20 de dezembro de 1999 é promulgado o Decreto nº 3.298 que apresenta a política Nacional para a promoção da Integração da Pessoa Portadora de deficiência, no qual o capítulo 7 trata da equiparação de oportunidades garantido por lei :

Art. 15. Os órgãos e as entidades da Administração Pública Federal prestarão direta ou indiretamente à pessoa portadora de deficiência os seguintes serviços:

I - reabilitação integral, entendida como o desenvolvimento das potencialidades da pessoa portadora de deficiência, destinada a facilitar sua atividade laboral, educativa e social;

II - formação profissional e qualificação para o trabalho;

III - escolarização em estabelecimentos de ensino regular com a provisão dos apoios necessários, ou em estabelecimentos de ensino especial;

IV - orientação e promoção individual, familiar e social (BRASIL, 1999, p. 8).

Em 08 de outubro de 2001 é promulgado o Decreto nº 3.956 que reafirmar os direitos de igualdade e liberdade para todas as pessoas com deficiência conforme:

Reafirmando que as pessoas portadoras de deficiência têm os mesmos direitos humanos e liberdades fundamentais que outras pessoas e que estes direitos, inclusive o direito de não ser submetidas a discriminação com base na deficiência, emanam da dignidade e da igualdade que são inerentes a todo ser humano (BRASIL, 2001, p. 1).

Este Decreto teve uma grande repercussão, pois a partir dele a educação especial teve uma nova interpretação sendo entendida por um viés de diferenciação por meio da eliminação dos empecilhos que se contrapõem ao acesso escolar. Desta forma, as pessoas com deficiência conquistaram um novo espaço social rompendo com os paradigmas conceituais e discriminatórios, deixando de serem pessoas passivas para participar de maneira ativa na sociedade como cidadãos que são.

Em 2001 também tivemos a resolução do MEC CNE/ CEB 2 que apresenta as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Entretanto as especificidades estão postas no Parecer nº 17 de 03 de julho de 2001. O artigo 3º apresenta a educação especial como uma modalidade da educação escolar:

Art. 3º Por educação especial, modalidade da educação escolar, entende-se um processo educacional definido por uma proposta pedagógica que assegure recursos e serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentam necessidades educacionais especiais, em todas as etapas e modalidades da educação básica (BRASIL, 2001, p. 1).

Além disso, também está previsto no artigo 8º como a escola deve se organizar para inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais:

Art. 8º As escolas da rede regular de ensino devem prever e prover na organização de suas classes comuns:

- I - professores das classes comuns e da educação especial capacitados e especializados, respectivamente, para o atendimento às necessidades educacionais dos alunos;
- II - distribuição dos alunos com necessidades educacionais especiais pelas várias classes do ano escolar em que forem classificados, de modo que essas classes comuns se beneficiem das diferenças e ampliem positivamente as experiências de todos os alunos, dentro do princípio de educar para a diversidade;
- III - flexibilizações e adaptações curriculares que considerem o significado prático e instrumental dos conteúdos básicos, metodologias de ensino e recursos didáticos diferenciados e processos de avaliação adequados ao desenvolvimento dos alunos que apresentam necessidades educacionais especiais, em consonância com o projeto pedagógico da escola, respeitada a frequência obrigatória;
- IV - serviços de apoio pedagógico especializado, realizado, nas classes comuns, mediante:
  - a) atuação colaborativa de professor especializado em educação especial;

b) atuação de professores-intérpretes das linguagens e códigos aplicáveis;

c) atuação de professores e outros profissionais itinerantes intra e interinstitucionalmente;

d) disponibilização de outros apoios necessários à aprendizagem, à locomoção e à comunicação.

V - serviços de apoio pedagógico especializado em salas de recursos, nas quais o professor especializado em educação especial realize a complementação ou suplementação curricular, utilizando procedimentos, equipamentos e materiais específicos;

VI - condições para reflexão e elaboração teórica da educação inclusiva, com protagonismo dos professores, articulando experiência e conhecimento com as necessidades/possibilidades surgidas na relação pedagógica, inclusive por meio de colaboração com instituições de ensino superior e de pesquisa;

VII – sustentabilidade do processo inclusivo, mediante aprendizagem cooperativa em sala de aula, trabalho de equipe na escola e constituição de redes de apoio, com a participação da família no processo educativo, bem como de outros agentes e recursos da comunidade;

VIII - temporalidade flexível do ano letivo, para atender às necessidades educacionais especiais de alunos com deficiência mental ou com graves deficiências múltiplas, de forma que possam concluir em 3tempo maior o currículo previsto para a série/etapa escolar, principalmente nos anos finais do ensino fundamental, conforme estabelecido por normas dos sistemas de ensino, procurando-se evitar grande defasagem idade/série;

IX - atividades que favoreçam, ao aluno que apresente altas habilidades/superdotação, o aprofundamento e enriquecimento de aspectos curriculares, mediante desafios suplementares nas classes comuns, em sala de recursos ou em outros espaços definidos pelos sistemas de ensino, inclusive para conclusão, em menor tempo, da série ou etapa escolar, nos termos do Artigo 10 (BRASIL, 2001, p. 2).

Dia 13 de dezembro de 2006 aconteceu uma Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) em Nova York aconteceu a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, esse evento foi um marco histórico para a promoção dos direitos humanos e contrapartida a extinção das ações discriminatórias. O evento contou com a participação de 127 países e culminou em vários decretos no qual citaremos apenas o artigo 24º:

A inclusão escolar é o processo de adequação da escola para que todos os alunos possam receber uma educação de qualidade, cada um a partir da realidade com que ele chega à escola, independentemente de raça, etnia, gênero, situação socioeconômica, deficiências etc. É a escola que deve ser capaz de acolher todo tipo de aluno e de lhe oferecer uma educação de qualidade, ou seja, respostas educativas

compatíveis com as suas habilidades, necessidades e expectativas. Por sua vez, a integração escolar é o processo tradicional de adequação do aluno às estruturas física, administrativa, curricular, pedagógica e política da escola. A integração trabalha com o pressuposto de que todos os alunos precisam ser capazes de aprender no nível pré-estabelecido pelo sistema de ensino. No caso de alunos com deficiência (intelectual, auditiva, visual, física ou múltipla), a escola comum condicionava a matrícula a uma certa prontidão que somente as escolas especiais (e, em alguns casos, as classes especiais) conseguiriam produzir [...] (ONU, 2006, p. 34).

A Convenção também estabeleceu que deveria ser assegurado um sistema de ensino inclusivo em todos os níveis e modalidades de ensino, que viessem a promover o desenvolvimento acadêmico e social por meio da inclusão escolar, por meio de tais medidas, conforme o artigo 24º:

- a) As pessoas com deficiência não sejam excluídas do sistema educacional geral sob alegação de deficiência e que as crianças com deficiência não sejam excluídas do ensino fundamental gratuito e compulsório, sob alegação de deficiência;
- b) As pessoas com deficiência possam ter acesso ao ensino fundamental inclusivo, de qualidade e gratuito, em igualdade de condições com as demais pessoas na comunidade em que vivem (ONU, 2006, p. 34).

Com o lançamento do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos em 2006 a inclusão mais uma vez é contemplada no sentido de garantir: as ações, o currículo escolar, as temáticas relacionadas às pessoas com deficiência para então desenvolver ações de inclusão, bem como o acesso e a permanência dos alunos até a educação superior.

A Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência promulga o Decreto nº 6.949 de 25 de agosto de 2009 que traz um novo conceito de deficiência, e foi assinado em Nova York e define que a educação seja efetivada como um direito, sem discriminação tendo por base na a igualdade de oportunidade. Segundo o Artigo 2º:

Art.2º Para a realização desse direito, os Estados Partes assegurarão que:

- a) As pessoas com deficiência não sejam excluídas do sistema educacional geral sob alegação de deficiência e que as crianças com deficiência não sejam excluídas do ensino primário gratuito e compulsório ou do ensino secundário, sob alegação de deficiência;
- b) As pessoas com deficiência possam ter acesso ao ensino primário inclusivo, de qualidade e gratuito, e ao ensino



- secundário, em igualdade de condições com as demais pessoas na comunidade em que vivem;
- c) Adaptações razoáveis de acordo com as necessidades individuais sejam providenciadas;
- d) As pessoas com deficiência recebam o apoio necessário, no âmbito do sistema educacional geral, com vistas a facilitar sua efetiva educação;
- e) Medidas de apoio individualizadas e efetivas sejam adotadas em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social, de acordo com a meta de inclusão plena (ONU, 2007, p. 27).

## **2.4 O Ensino Regular X o Ensino Especial**

Para que a inclusão se efetive no âmbito escolar se faz necessário compreendermos como a escola se organiza para isso, primeiramente vamos nos remeter a Resolução CNE/CEB N°2 de 11 de setembro de 2001, artigo 5º que define quem são os alunos com necessidades educacionais:

- I - dificuldades acentuadas de aprendizagem ou limitações no processo de desenvolvimento que dificultem o acompanhamento das atividades curriculares;
- II - dificuldades de comunicação e sinalização diferenciadas dos demais alunos, demandando a utilização de linguagens e códigos aplicáveis;
- III - altas habilidades/superdotação, grande facilidade de aprendizagem que os leve a dominar rapidamente conceitos, procedimentos e atitudes (BRASIL, 2001, p. 2).

Segundo as Orientações para a Institucionalização da Oferta do Atendimento Educacional Especializado – AEE em Salas de Recursos Multifuncionais que estão Nota Técnica – SEESP/GAB/Nº 11/2010, implantadas nas escolas regulares:

A educação inclusiva, fundamentada em princípios filosóficos, políticos e legais dos direitos humanos, compreende a mudança de concepção pedagógica, de formação docente e de gestão educacional para a efetivação do direito de todos à educação, transformando as estruturas educacionais que reforçam a oposição entre o ensino comum e especial e a organização de espaços segregados para alunos público alvo da educação especial (BRASIL, 2010, p. 1).

Segundo Rocha (2010), o ensino regular se constitui no processo de ensino-aprendizagem que acontece nas instituições escolares, públicas ou privadas, regulamentado por legislação específica de âmbito nacional, regional e/ou local,

estruturado em sistema de ensino. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Brasileira. Já no Parecer CNE/CEP nº 11/00 da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, Carlos Roberto Jamil Cury, enfatiza a polivalência deste conceito de regular e diz: “[...] Regular é, em primeiro lugar, o que está *sub lege*, isto é, sob o estabelecido em uma ordem jurídica e conforme a mesma. Mas, se falando na linguagem do dia a dia, ela tem sentido de caminho mais comum. Rocha ainda descreve que o termo “Educação Regular” é utilizado ainda para diferenciar-se da “Educação Especial”

O ensino regular no Brasil está organizado em dois níveis que são eles: a educação básica (educação infantil, ensino fundamental e médio) e a educação superior. Vale ressaltar que segundo a LBD 9.394/96 o ensino fundamental:

Art. 4º O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:

I - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria;

II - progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio; (BRASIL, 1996, p. 1).

A Política Nacional de Educação Especial dentro da Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) tem como objetivo garantir o acesso, a participação e a aprendizagem dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação na escola regular, orientando para a transversalidade da educação especial, o atendimento educacional especializado, a continuidade da escolarização, a formação de professores, a participação da família e da comunidade, a acessibilidade e a articulação intersetorial na implementação das políticas públicas.

A educação especial é o processo de socialização na qual o aluno adquire vários conhecimentos com o objetivo de preparar cada aluno para o exercício pleno da cidadania por meio da socialização. Esta modalidade de ensino tem como foco criar meios técnicos e humanos que buscam compensar as deficiências desses alunos. Assim, cada aluno passa a ter oportunidade de aprender em um local em que seu ritmo de aprendizagem são considerados.

Podemos dizer que a distinção entre o ensino regular e a educação especial está centrada no ambiente, no material didático utilizado, no currículo, e nos profissionais envolvidos no processo de aprendizagem, isto é, o ensino especial proporciona ferramentas necessárias para aqueles que possuem necessidades educacionais

diferenciadas. Assim, os alunos que possuem algum tipo de dificuldade passam a ter garantido o direito a formação escolar.

Vale ressaltar, que o ensino regular não está dissociado do ensino especial, pois os dois ocorrem concomitantemente a fim de garantir o desenvolvimento pleno de cada aluno que chega a escola.

Segundo Freire (2005, p. 41):

Uma das tarefas mais importantes da prática educativo-crítica é propiciar as condições em que os educandos, nas relações uns com os outros e todos com o professor ou a professora, ensaiam a experiência profunda de assumir-se. Assumir-se como ser social e histórico como ser pensante, comunicante, transformador, criador, realizador de sonhos capaz de ter raiva porque é capaz de amar. A assunção de nós mesmos não significa a exclusão dos outros.

Assim o trabalho realizado na escola deve ter caráter coletivo, que seja capaz de levar cada aluno a refletir sobre a sua importância na sociedade como um cidadão participante. A escola deve criar estratégias para incluir todos os alunos, considerando suas necessidades educacionais individuais. Precisamos avançar muito na educação inclusiva, pois, o sucesso de nossos alunos depende do trabalho realizado e para os professores atingirem seus objetivos se faz necessário o atendimento especializado, conforme dispõe a LDB 9.394/96 no artigo 58º:

1º Haverá quando necessário serviço de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial;

2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular (BRASIL, 1996, p. 28).

A Política Nacional de Educação Especial que contém os seguintes princípios: normalização, integração, individualização, sociológico da interdependência, epistemológico da construção do real, efetividade dos modelos de educação, ajuste econômico com a dimensão humana de legitimidade.

A Política Estadual de Educação Especial, na perspectiva da educação inclusiva, estabeleceu como objetivos: o acesso, a participação e a aprendizagem dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação

nas escolas de ensino regular, apresentando a escolas suporte para responder às necessidades educacionais específicas.

O programa estabeleceu algumas metas como: transversalidade da educação especial desde a educação infantil até a educação superior; atendimento educacional especializado; continuidade da escolarização nos níveis mais elevados do ensino; Formação de professores para os atendimentos educacionais especializados e demais profissionais da educação para a inclusão escolar; acessibilidade urbanística, arquitetônica, nos mobiliários e equipamentos, nos transportes, na comunicação e informação.

Segundo a Política Nacional de Educação Especial, Brasil (2004) a educação deve ter princípio, liberal, democrática e não doutrinária. E nesta concepção, o aluno está acima de tudo, e é digno de respeito e tem direito à educação de qualidade. Assim, a prioridade da educação deve ser o desenvolvimento integral do homem, bem como a sua preparação para uma vida produtiva na sociedade.

A Educação Especial que obedece aos mesmos princípios da Educação geral, deve se iniciar no momento em que se identificam atrasos ou alterações no desenvolvimento global da criança, e continuar ao longo de sua vida, valorizando suas potencialidades e lhe oferecendo todos os meios para desenvolvê-las ao máximo.

Ao longo de toda essa trajetória, penso que deve haver uma mudança da escola, pois trabalhar com todos os alunos ditos especiais é um grande desafio de todos os sistemas escolares. De acordo com Souza e Góes (1999, p. 165) “(...) é quase impossível, no momento, que uma escola seja qual for, dê conta do todo e qualquer tipo de aluno, como é o caso do deficiente mental, do surdo, da criança de rua ou do trabalhador rural”.

## **2.5 O Desempenho do Professor da Sala de Atendimento Educacional Especializado**

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) é um importante instrumento de serviço da Educação Especial que possui função de fazer a seleção, organização e produção dos recursos pedagógicos para a eliminação das barreiras existentes e assim promover a inclusão.

Dessa forma, a escola deve se adequar a todas as diferenças dos seus alunos e se preparar para atender as necessidades deles. Atender a diversidade da sala de aula é

criar as possibilidades para o crescimento e desenvolvimento, pois a inclusão está para além de um mero atendimento, que vêm para combater a exclusão.

A inclusão tem por objetivo a valorização das diferenças individuais respeitando e considerando as necessidades de todos os alunos.

Assim conforme Alves (2006, p. 14):

A sala de recursos multifuncionais é, portanto, um espaço organizado com materiais didáticos, pedagógicos, equipamentos e profissionais com formação para o atendimento às necessidades educacionais especiais. No atendimento, é fundamental que o professor considere as diferentes áreas do conhecimento, os aspectos relacionados ao estágio de desenvolvimento cognitivo dos alunos, o nível de escolaridade, os recursos específicos para sua aprendizagem e as atividades de complementação e suplementação curricular. A denominação sala de recursos multifuncionais se refere ao entendimento de que esse espaço pode ser utilizado para o atendimento das diversas necessidades educacionais especiais e para desenvolvimento das diferentes complementações ou suplementações curriculares. Uma mesma sala de recursos, organizada com diferentes equipamentos e materiais, pode atender, conforme cronograma e horários, alunos com deficiência, altas habilidades/superdotação, dislexia, hiperatividade, déficit de atenção ou outras necessidades educacionais especiais. Para atender alunos cegos, por exemplo, deve dispor de professores com formação e recursos necessários para seu atendimento educacional especializado. Para atender alunos surdos, deve se estruturar com profissionais e materiais bilíngües. Portanto, essa sala de recursos é multifuncional em virtude de a sua constituição ser flexível para promover os diversos tipos de acessibilidade ao currículo, de acordo com as necessidades de cada contexto educacional.

A LDB 9394/96 juntamente com a Declaração Mundial de Educação Para Todos e a Declaração de Salamanca é o amparo legal para a garantia do atendimento à escolarização no ensino regular em conjunto com serviço ao atendimento especializado. O Atendimento Educacional Especializado promove a potencialização dos alunos que estiveram por muitos anos excluídos à margem da sociedade, isso não quer dizer que as diferenças são aceitas, mas a escola vai tomar como ponto de partida a necessidade de seus alunos tornando-os sujeitos participativos por meio do exercício pleno da cidadania, dos seus direitos e deveres. Carvalho apresenta alguns aspectos importantes sobre a inclusão:

Um mundo inclusivo é um mundo no qual todos têm acesso às oportunidades de ser e de estar na sociedade de forma

participativa; onde a relação entre o acesso às oportunidades e as características individuais não são marcadas por interesses econômicos, ou pela caridade pública (CARVALHO, 2000, p. 161).

A garantia da inclusão é realizada por meio do projeto político pedagógico das escolas que deve colocar ações que coloquem em prática valorização da diversidade humana, para contemplar todos os alunos, isto é, aqueles que já estão na escola e aos que serão incluídos nela. Para tanto, é necessário rever práticas pedagógicas para poder educar a todos indistintamente.

As práticas escolares para a inclusão segundo Mantoan (2005) precisam ser emancipadoras e oportunizadoras de condições de aprendizagem, através da convivência com as diferenças e a valorização do entendimento de mundo.

As salas de recursos multifuncionais é um espaço que serve de apoio aos professores, alunos, a comunidade escolar e familiar no que tange a respeito da participação dos alunos com necessidades educacionais especiais não só na escola, mas na sociedade como um todo. Esse atendimento especializado trabalha com a seleção, organização e produção de recursos pedagógicos para derrubar as barreiras e dificuldades que impedem a promoção da inclusão.

O atendimento da sala de recursos multifuncional se constitui em um poderoso instrumento na promoção da inclusão escolar e social, pois ele possibilita o desenvolvimento dos alunos nos âmbitos: intelectual, social e cognitivo. O atendimento está contemplado nas Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, na qual cabe ao professor a interação com seus alunos por meio do respeito as suas limitações, sem deixar de garantir os seus direitos. Vale ressaltar ainda, que tal atendimento é contemplado na parte diversifica do currículo dos alunos garantindo.

Dessa forma, a sala de recursos multifuncionais deve oferecer o atendimento aos alunos com: deficiência auditiva e surdocego, deficiências intelectuais (DI) e altas habilidades e superdotação.

A Sala de Recursos Multifuncional ou nos Centros de Atendimento Educacional Especializado se organizam para a distribuição de equipamentos e materiais didáticos as escolas a fim de ter a oferta do Atendimento Educacional Especializado com qualidade, conforme as indicações do Ministério da Educação pela Secretaria de Educação Especial (SEESP). A promulgação do Decreto nº 6.571/2008, apresenta o apoio dado

pela União, bem como os alunos a serem atendidos conforme dispõe o Parecer nº 13/2009 do CBN-CEB nos artigos abaixo citados:

Art. 1º A União prestará apoio técnico e financeiro aos sistemas públicos de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, na forma deste Decreto, com a finalidade de ampliar a oferta do atendimento educacional especializado aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, matriculados na rede pública de ensino regular.

§ 1º Considera-se atendimento educacional especializado o conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucionalmente, prestado de forma complementar ou suplementar à formação dos alunos no ensino regular.

§ 2º O atendimento educacional especializado deve integrar a proposta pedagógica da escola, envolver a participação da família e ser realizado em articulação com as demais políticas públicas (BRASIL, 2009, p. 2).

Dessa forma, o Atendimento Educacional Especializado trabalha por meio de um planejamento pedagógico que é realizado conforme as necessidades e potencialidades de cada aluno, considerando que o acompanhamento familiar também é de suma importância para o desenvolvimento dos alunos. Esse atendimento também tem por finalidade atender as necessidades cognitivas, adaptativas e emocionais de cada aluno desde sua matrícula no ensino regular até o fim do ano letivo, garantindo assim, a permanência do mesmo na escola. Conforme a Resolução 04/2009 do CNE-CEB que estabelece as diretrizes operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na qual diz:

Art. 1º Para a implementação do Decreto nº 6.571/2008, os sistemas de ensino devem matricular os alunos com deficiência, com transtornos globais do desenvolvimento e com altas habilidades/superdotação em classe comum de escola de ensino regular e no Atendimento Educacional Especializado (AEE), ofertado em salas de recursos multifuncionais ou centros de Atendimento Educacional Especializado da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos (BRASIL, 2009, p. 1).

Além da regulamentação e do financiamento pela União o que garante a implementação das salas de Recursos Multifuncionais, é importante frisar que a escola deve se organizar de maneira que aconteça periodicamente um planejamento com foco nas potencialidades dos alunos atendidos, na qual deve ser norteado pela teoria sócio-histórica, onde é realizado um constante acompanhamento desenvolvimento

e do aprendizado de cada aluno de modo que este seja capaz de avançar na zona de desenvolvimento proximal de cada um. Essa zona de desenvolvimento é uma maneira eficaz de efetivação da aprendizagem, onde um aluno pode aprender com o outro conforme afirma Vigotski (2003, p. 9):

Ela é a distancia entre o nível de desenvolvimento real, que costuma determinar através da solução independente de problemas e o nível de desenvolvimento potencial, determinado através da solução de problemas sob a orientação de um adulto ou em colaboração com um companheiro mais capaz.

É preciso atentar que cada aluno incluído no ensino regular que frequenta a sala de recursos multifuncionais deve realizar atividades que venham contribuir para que os mesmo possam superar suas dificuldades. Por isso, o processo pedagógico deve ter como foco a ampliação da zona de desenvolvimento proximal para que assim seja possível desenvolver as potencialidades de aprendizagem de cada aluno, conforme afirma Gallimore e Tharp. Já Vygotsky (1998, p. 112), define zona de desenvolvimento proximal como sendo:

[...] a distância entre o nível de desenvolvimento real, que se costuma determinar através da solução independente de problemas, e o nível de desenvolvimento potencial, determinado através da solução de problemas sob a orientação de um adulto ou em colaboração com companheiros mais capazes.

Considerando esse conceito, a sala de recursos será o local que vai dá condições para que o aluno possa transitar pela zona de desenvolvimento proximal desenvolvendo assim suas potencialidades por meio das ações medidoras dos professores. Vygotsky (1998) ainda afirma que a mediação inclui o uso de ferramentas e de signos dentro de um contexto social. Mediação é um processo dinâmico, no qual intervêm ferramentas e signos numa ação. Isto é, proporcionar aos alunos constantes transformações, pois se ele pode realizar uma atividade hoje com auxílio de alguém, provavelmente ele será capaz de realizar a mesma tarefa sozinha, nesse sentido que a inclusão possibilita essa troca de experiência entre alunos diferentes.

A inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais no ensino regular também é centrado na ideia que o aluno se relaciona com meio na qual está inserido, e isso contribui significadamente para o desenvolvimento do aluno na sala de aula, pois ele possibilita a oportunidade crescente que se estabelece com a vivência do



cotidiano escolar com as diferenças de cada aluno tornando a escola um espaço propício para o desenvolvimento da autonomia cidadania e aprendizagem.

A metodologia de ensino inclusivo precisa motivar seus alunos a enfrentarem os desafios da escola participando de todas as atividades da sala de aula, por meio de uma metodologia e um currículo para atender as especificidades de cada aluno rompendo as barreiras de aprendizagem, objetivando que cada aluno seja respeitado no processo de aprendizagem.

## **2.6 O Papel da Sala de Recursos Multifuncionais**

É importante compreender que as políticas de inclusão e de implantação das práticas inclusivas no âmbito escolar, considerando que deve ser garantido não só o acesso mais a permanência, bem como promover o desenvolvimento dos alunos com necessidades educacionais especiais durante toda a vida. Assim, se faz necessário que uma grande transformação nos sistemas de ensino para promover uma reflexão sobre uma nova visão do direito à educação. Essa transformação perpassa pela mudança na educação, bem como na organização dos recursos e estruturas pedagógicas, tendo por objetivo efetivar da inclusão escolar.

A sala de recursos multifuncionais é o lugar da escola que apóia o atendimento educacional especializado por meio de tecnologias assistivas. Assim, os recursos utilizados nas salas de recursos multifuncionais são equipamentos que são utilizados pelos alunos para facilitar a realização das tarefas.

Conforme afirma Duarte (1986), Sala de recursos é considerada uma sala “(...) provida de material e equipamentos apropriados para atendimento das necessidades específicas de alunos excepcionais”.

Ao introduzir os sujeitos observados no uso da tecnologia procuramos construir um ambiente de mediação que favoreça o processo ensino-aprendizagem sob o enfoque da teoria sócio-histórica, criando um verdadeiro cenário de atividade, que se configura em:

Quando em um lugar ocorre interação, colaboração, intersubjetividade, desempenho assistido, ou seja, quando ocorre uma situação de ensino, dizemos que ali se armou um cenário favorável à atividade (Gallimore; Tharp, 1996, p. 81).

A ênfase da inclusão está em inserir os alunos com necessidades educacionais especiais no ensino regular. Dessa forma, a escola não é uma mera referência geográfico-espacial, mas, passa a ser vista como um universo cheio de convivências construtivas de desenvolvimento social, ético e cultural. Vale ressaltar que, a sala de recursos multifuncionais não pode ser considerada por si só aquele que irá efetivar a inclusão, pois para esta acontecer é preciso de uma ação pedagógica precisa que dê conta de atender à diversidade, assegurando a todos os alunos a inclusão no processo escolar de aprendizagem dentro do ensino regular.

Conforme Jesus e Martins (2000, p. 32): “o papel do professor da sala de recursos deve ser feitos de diversas maneiras conforme a necessidade de cada aluno, o trabalho do professor da sala de aula do ensino regular”. A escola inclusiva é aquela que dá o suporte necessário a cada professor para que o mesmo possa dá uma resposta favorável aos seus alunos respondendo com êxito às necessidades de cada aluno.

Jesus e Martins (2000) apresentam algumas condições facilitadoras de aprendizagem na escola tais como: uma aprendizagem ativa que proporciona a realização de tarefas por meio do estimo a curiosidade e o gosto pela descoberta; a negociação dos objetivos que busca assumir um compromisso com a aprendizagem; avaliação continua que busca levar professores e alunos a se avaliarem; demonstração, prática e feedback que se trata de utilizar modelos práticos , relatórios ou comentário sobre o trabalho realizado pelos alunos; organização do trabalho em pequenos grupos e a aprendizagem cooperativa; colaboração criança-a-criança, que leva o trabalho de grupo na qual acontece a troca de experiência; apoio valoriza a importância de ajudar e cooperar no processo de aprendizagem.

O professor da sala de recursos multifuncional deve trabalhar com estratégias para ensinar seus alunos, e essas são decisivas para que ocorra a aprendizagem do aluno. A prática de mediação é um trabalho organizado conforme as intencionalidades que se quer atingir, ou seja, os objetivos traçados pelo professor para serem atingido por seus alunos. O trabalho em conjunto se constitui em uma ferramenta poderosa para que a aprendizagem aconteça, portanto o trabalho do professor da sala de recursos multifuncionais deve está interligado ao do professor do ensino regular, para que ambos possam alcançar seus objetivos educacionais. O professor que presta o atendimento educacional especializado não deve ser visto como um mero auxiliar ou executor de tarefas do ensino regular, nem a sala de recursos ser tida como um local de reforço escolar ou repetição de atividades, mas a natureza do trabalho desenvolvido nesses

espaço é de levar o aluno a superação de suas dificuldades mais básicas de aprendizagem.

A escola necessita desenvolver uma prática educacional que seja capaz de ampliar as capacidades e habilidades de todos os alunos, assim cabe ao professor da sala de recursos multifuncionais realizarem um trabalho voltado para cada deficiência. Nessa perspectiva a Declaração de Salamanca que tem como pressuposto uma educação para todos que é uma bandeira da UNESCO. Temos Glat (1998, p. 45) que faz a seguinte afirmativa:

Apesar da integração dos portadores de deficiência ser o discurso dominante na Educação especial no mundo todo, direcionando programas e políticas educacionais e de reabilitação, esses indivíduos, mesmo aqueles inseridos no sistema regular de ensino ou em empregos competitivos, continuam, na grande maioria dos casos socialmente isolados dos seus colegas não deficientes. (...) o problema não é, em sua essência, de natureza legal ou ocupacional, mas sim de natureza relacional, e somente sob esse prisma pode ser melhor compreendido, e quem sabe, minimizado. (...) a questão da integração dos deficientes envolve antes de mais nada o relacionamento entre essas pessoas e os considerados normais.

## **2.7 O Planejamento Pedagógico dos Professores da Sala Regular e da Sala de Recurso Multifuncional**

O planejamento é de suma importância para qualquer trabalho ou ação que se queira realizar, pois ele é uma organização das ideias e informações. Gandin (2008, p.01) faz uma sugestão de que se pense no planejamento como uma ferramenta para dar eficiência à ação humana, ou seja, ele deve ser utilizado para a organização na tomada de decisões. Manegolla e Sant'Anna trazem uma importante afirmação:

A educação, a escola e o ensino são os grandes meios que o homem busca para poder realizar o seu projeto de vida. Portanto, cabe à escola e aos professores o dever de planejar a sua ação educativa para construir o seu bem viver (MENEGOLL ; SANT' ANNA, 2001, p. 11).

Tal citação explicita a importância tanto da escola como dos professores de planejarem todas as suas ações educativas para obterem êxito e alcançarem seus objetivos. Assim, a sala de recursos multifuncionais é o espaço organizado com materiais didáticos e pedagógicos, bem como deve possuir funcionários devidamente preparados com formação para o atendimento às necessidades educacionais especiais.

No atendimento, é de fundamental importância que o professor inicie seu trabalho por meio de um planejamento de atividades que serão desenvolvidas na sala de recursos multifuncionais para seus alunos, é importante considerar todas as diferentes áreas do conhecimento, os estágio de desenvolvimento cognitivo dos alunos, os recursos específicos para sua aprendizagem e as atividades de complementação curricular. Uma mesma sala de recursos, dependendo de como ela está organizada com diferentes equipamentos e materiais, pode atender vários alunos dependendo do cronograma com os horários de atendimento, podendo atender: alunos com deficiência, altas habilidades/superdotação, dislexia, hiperatividade, déficit de atenção ou outras necessidades educacionais especiais.

### 3 OBJETIVOS

O objetivo de um trabalho é de grande importância para o desenvolvimento da pesquisa, pois ele é a *finalidade* desse trabalho, isto é, a *meta* que desejamos alcançar com a pesquisa. Os objetivos apontam para aquilo que realmente se deseja fazer. Neste trabalho apresentaremos um objetivo geral e três objetivos específicos.

Segundo Oliveira (2011, p. 36) “o objetivo geral precisa dar conta da totalidade do problema da pesquisa, devendo ser elaborado com um verbo de precisão, evitando ao máximo uma possível distorção na interpretação do que se pretende pesquisar”.

Já quanto aos objetivos específicos, podemos afirmar conforme Lakatos e Marconi (1992), que esses apresentam um caráter mais concreto e que sua função é intermediária e instrumental porque auxilia no alcance do objetivo geral e, ainda, permite aplicá-lo em situações particulares. Podemos também dizer que os objetivos específicos vêm para aprofundar as intenções expressas no objetivo geral que segundo Cervo e Bervian (2002) mostram novas relações para o mesmo problema identificando novos aspectos ou utilizando os conhecimentos adquiridos para a intervenção na realidade

#### 3.1 Geral

Analisar o funcionamento da sala de Recurso Multifuncional em uma escola estadual de ensino fundamental de Rio Branco quanto ao atendimento aos alunos com deficiência, bem como o planejamento realizado pelo professor da sala de Atendimento Educacional Especializado - AEE e da sala de ensino regular.

#### 3.2 Específicos

- Verificar a concepção que o professor da sala de recursos multifuncionais possui em relação ao trabalho desenvolvido por ele;
- Identificar a relação existente entre o planejamento do professor regente da sala de aula regular e o da sala de recursos multifuncional;
- Reconhecer a importância do papel da sala de recurso no processo de ensino e aprendizagem dos alunos que frequentam estas salas.

## 4 METODOLOGIA

### 4.1 Fundamentação Teórica da Metodologia

O objetivo de um trabalho é de grande importância para o desenvolvimento da pesquisa, pois ele é a *finalidade* desse trabalho, isto é, a *meta* que desejamos alcançar com a pesquisa. Os objetivos apontam para aquilo que realmente se deseja fazer. Neste trabalho apresentaremos um objetivo geral e três objetivos específicos.

Segundo Oliveira (2011, p. 36) “o objetivo geral precisa dar conta da totalidade do problema da pesquisa, devendo ser elaborado com um verbo de precisão, evitando ao máximo uma possível distorção na interpretação do que se pretende pesquisar”.

Já quanto aos objetivos específicos, podemos afirmar conforme Lakatos e Marconi (1992), que esses apresentam um caráter mais concreto e que sua função é intermediária e instrumental porque auxilia no alcance do objetivo geral e, ainda, permite aplicá-lo em situações particulares. Podemos também dizer que os objetivos específicos vêm para aprofundar as intenções expressas no objetivo geral que segundo Cervo e Bervian (2002) mostram novas relações para o mesmo problema identificando novos aspectos ou utilizando os conhecimentos adquiridos para a intervenção na realidade

A presente pesquisa é qualitativa, isto é, uma pesquisa que compreende atividades ou investigação que podem ser denominadas específicas. As pesquisas qualitativas trabalham com a busca de significado nos dados coletados, considerando o contexto da pesquisa. As descrições qualitativas buscam não só a aparência do fenômeno pesquisado como também sua essência e as relações. Conforme Bogdan e Biklen (2003, p.26): “a pesquisa qualitativa envolve cinco características básicas que configuram este tipo de estudo: ambiente natural, dados descritivos, preocupação com o processo, preocupação com o significado e processo de análise indutivo.”.

Na pesquisa qualitativa as informações podem ser coletadas por meio de questionários estruturados ou entrevistas que devem conter perguntas claras e objetivas. Nesse tipo de pesquisa há uma busca de entendimento profundo e específico do fenômeno estudado, ao invés de estatísticas e outras generalizações. A qualitativa busca realizar descrições e interpretações com base nos dados coletados. Segundo Martinelli

(1999, p. 21-22) “o objetivo dessa pesquisa não é só a visão do pesquisador, mas trabalhar com a opinião de quem está envolvido com o que está sendo pesquisado.”

#### **4.2 Contexto da Pesquisa**

Considerando que existe uma necessidade de resguardar o nome da escola iremos chamar hipoteticamente a escola de: **escola A**.

A escola escolhida pertence a rede estadual de Rio Branco que atende o Ensino Fundamental I (1º ao 5º ano), a escola faz parte do zoneamento da baixada da Sobral. A escolha da escola se deu basicamente por duas razões: a escola desenvolve um excelente trabalho com os alunos com necessidades educacionais especiais, e a escola fica localizada próxima ao domicílio do pesquisador.

A **escola A** atende 440 alunos no turno da manhã e da tarde com um quadro composto por 16 professores do ensino regular e um professor da sala de recursos multifuncional. A escola visa, além do desenvolvimento acadêmico, a transformação do sujeito como cidadão crítico e atuante, agente transformador em lutas por igualdade social, garantindo os valores de solidariedade, justiça e respeito. Para isso conta com uma comunidade bastante envolvida nas atividades escolares, se fazendo presente em todos os momentos: participando, interagindo, fiscalizando, auxiliando para a crescente qualidade de educação de nosso Estado. A mesma tem como objetivo primordial oportunizar ao educando uma formação geral que possibilite o desenvolvimento de “capacidade de pesquisar, buscar informações, analisá-las e selecioná-las; a capacidade de aprender, criar e formular”, possibilitando-os assim, adquirir os conhecimentos básicos, a preparação científica e a competência de usar tecnologias exigidas pela sociedade contemporânea, necessária ao mundo do trabalho, sem deixar de valorizar, também, experiências e conhecimentos adquiridos na família e na comunidade em que vivem. Da qual fizeram uma opção, por valorizar a educação como um instrumento de interação social, oferecendo uma educação de qualidade através da parceria entre pais, alunos e profissionais da educação, num processo de formação de indivíduos capazes de construir sua autonomia e cidadania.

A escola atende alunos de bairros periféricos, assim, tem por uma clientela de alunos oriundos de famílias de baixa renda, onde alguns são beneficiários dos programas sociais do Governo Federal.

A escola possui uma sala do Atendimento Educacional Especializado – AEE atende os alunos de forma individual ou em pequeno grupo de, no máximo, três educandos, de segunda a sexta-feira, nos turnos matutino e vespertino, de acordo com as especificidades e necessidades educativas especiais de cada educando relativas aos transtornos globais do desenvolvimento, cujo trabalho foca na superação das barreiras linguísticas, cognitivas, conceituais, físicas, visuais, através de recursos, linguagens e atividades adequadas para cada especificidade, conforme segue:

**Deficiência Visual**– Sistema Braille, soroban, orientação e mobilidade, atividades funcional da visão e atividades de vida autônoma.

**Deficiência Intelectual**- Desenvolvimento de processos mentais superiores e atividades de vida autônoma.

**Deficiência Física e Múltipla**– Comunicação alternativa e aumentativa, Tecnologia Assistiva e Recursos de acessibilidade.

#### **4.3 Participantes**

Participaram desta pesquisa um professor da Sala de Recursos Multifuncional e quatro professoras do ensino regular que possuem alunos com deficiência em sua sala de aula e que os mesmos são atendido na sala de AEE de uma escola de ensino fundamental I da zona urbana de Rio Branco. Chamaremos os participantes de P1, P2, P3, P4 e P5, respectivamente ao que citamos anteriormente.

#### **4.4 Materiais**

Os materiais utilizados para desenvolvimento da pesquisa foram:

- Autorização para pesquisa;
- Questionário;
- Caneta
- Ficha de Informações da Escola

#### **4.5 Instrumentos de Construção de Dados**

Segundo Gil (1999, p.128), o questionário pode ser definido “como a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas



por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc.”.

Dessa maneira, a presente pesquisa terá seus dados coletados a partir da aplicação de um questionário para se obter dados qualitativos dos quais seja possível a produção de um conhecimento de caráter interpretativo – construtivo.

Gil (1999) ainda apresenta algumas vantagens nesse tipo de instrumento, tais como possibilitar atingir grande número de pessoas, implica em menores gastos com pessoal, garante o anonimato das respostas, permite que as pessoas o respondam no momento em que julgarem mais conveniente e não expõe os pesquisadores à influência das opiniões e do aspecto pessoal do entrevistado.

Para tanto serão utilizados dois questionários diferentes, sendo um destinado ao professor da sala de recursos multifuncional e o outro para as professoras do ensino regular que possuem alunos com necessidades educacionais especiais.

O questionário do professor da sala de recursos multifuncional é composto por 14 (catorze) questões abertas e objetivas já o das professoras do ensino regular possui 08 (oito) questões abertas.

Além desse dos professores preencherem os questionários, será realizada uma coleta de dados com a gestora para que seja possível descrever a escola, sua estrutura, seus objetivos e os alunos por ela atendidos.

#### **4.6 Procedimentos de Análise de Dados**

Inicialmente foi realizada uma conversa com a gestora da escola para explicar a natureza do trabalho e obter a autorização para coleta de dados (ANEXO A e ANEXO B).

Os dados foram coletados por meio dos questionários aos 1 professor da sala de recursos multifuncionais e a 4 professores das salas do ensino regular, que possuem alunos com necessidades educacionais especiais (APÊNDICE A e APÊNDICE B). Ressalto que, antes de responderem os questionários, foram convidados para assinarem o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (ANEXO C).

Em seguida para dar início ao processo de análise dos dados, realizei a organização das respostas por grupos e, logo em seguida, marquei com cores diversas as ideias em comum encontradas nas mesmas. A partir destas marcações, nomeei minhas categorias, com base nos objetivos desta pesquisa.

## 5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste tópico realizaremos a análise dos resultados e a discussão dos mesmos, com base nos autores citados no referencial teórico desta monografia.

### 5.1 Características dos Professores Regentes que Atuam com ANEEs

Participantes	Tempo de Regência como Docente	Curso para Atuar no Ensino Especial	Tempo atuando como docente em sala de aula
Professora 1- P1	22 anos	Sim	21 anos
Professora 2 – P2	20 anos	Sim	19 anos
Professora 3 – P3	16 anos	Sim	16 anos
Professora 4 –P3	04 anos	Sim	04 anos

**Fonte:** Questionário aplicados aos professores regentes

### 5.2 Características do professor da sala de Recurso Multifuncional

Participante	Número de alunos atendidos	Frequencia do aluno na SRM <sup>1</sup>	Tempo atuando na SRM	Possui curso para atuar na SRM
Professor do AEE - PAEE	14 alunos	2 vezes semanais	07 anos	Sim

**Fonte:** Questionário aplicado ao professor de sala de recurso Multifuncional.

### 5.3 A Inclusão como Oportunidade de Aprendizagem e Inclusão Social

É possível observar pelas respostas que os professores pesquisados entendem a importância da inclusão dentro da escola, como a principal oportunidade de

aprendizagem e inclusão social dos ANEEs. Destaco em negrito os pontos comuns encontrados nas respostas.

Vejamos alguns excertos que também, nos trazem essas afirmações:

Acho muito importante para **promover a aprendizagem no coletivo e garantir o direito a educação para todos os alunos (P2)**.

Uma maneira de proporcionar aos alunos especiais uma oportunidade de **aprenderem e interagirem com os outros alunos (P3)**.

A inclusão tem o objetivo de construir uma sociedade para todas as pessoas indistintamente. Assim, Mantoan (2006) defende que não são os alunos que deve mudar, mas a escola, pois está deve está acessível a todos, sem nenhum tipo de discriminação. Desta forma, Mantoan (2006, p.19) apresenta: “Por tudo isso, a inclusão implica uma mudança de perspectiva educacional, porque não atinge apenas os alunos com deficiência e os que apresentam dificuldades de aprender, mas todos os demais, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral”.

Somos sabedores do quanto à humanidade é diversifica e a escola precisa ser um espaço preparado para lidar com toda diversidade sendo um espaço democrático e desenvolvendo seu papel social na promoção da inclusão. Mantoan (2008) apresenta que a inclusão desses alunos com necessidades educacionais especiais nada mais é que garantir o direito previsto na Constituição de que todos têm o direito à educação independente de suas necessidades.

Segundo Mantoan (2008) a inclusão só traz ganhos para todos, pois possibilita a vivência da experiência da diferença. Isso é imprescindível para a vida dos alunos, se eles não viverem isso na sua infância, no futuro terão dificuldades de romper com o preconceito. A escola inclusiva permite aqueles que são discriminados pela deficiência ocupem um lugar na sociedade. Nós só podemos ter um lugar na sociedade se considerarmos o outro, valorizando o que ele é. A escola em que o aluno com necessidades educacionais especiais frequenta o ensino regular e a sala de recursos tem o seu direito garantido.

#### **5.4 A Contribuição do Trabalho Desenvolvido na Sala de Recurso Multifuncional**

Os professores que participaram da pesquisa acreditam que o papel da sala de recursos multifuncional é dá o devido apoio e suporte ao aluno especial de acordo com a

sua necessidade, para que esses alunos possam desenvolver suas habilidades e competência conforme verificamos nas respostas a baixo citadas:

**É servir de suporte e apoio para os alunos especiais.** É um importante lugar para desenvolver as habilidades e competências dos alunos. (P1)

A sala de recursos tem a **função de apoiar o trabalho na sala de aula** por meio de atividades e ações voltadas para a necessidade de cada aluno. (P2)

A sala de recursos **serve como um apoio para o aluno e o professor.** E serve para promover a inclusão. (P3)

Sempre acreditamos nas habilidades e competências dos alunos com necessidades educacionais especiais a serem desenvolvidas no ambiente escolar. Na sala de recursos esse **trabalho é bem específico** na complementação e suplementação. O **plano de ação** com suas ações definidas e o suporte da equipe gestora a garantia de um trabalho inclusivo, é dada como certa, mediante, os planejamentos, avaliações e reavaliação de um trabalho. (PAEE)

Os professores responderam acreditar no trabalho realizado na sala de recurso multifuncional, por ser perceptível a mudança e os avanços na vida escolar dos alunos que frequentam a sala durante o contra turno.

Os professores ainda ressaltaram a importância dessa sala na promoção da inclusão escolar conforme Mantoan (2006) que propõe uma escola para todos, sem discriminações, sem ensino à parte para os mais ou menos privilegiados. Dessa forma, a escola é um lugar de convivência e de aprendizado de maneira a desenvolver as capacidades, talentos e promover um ensino participativo, solidário e acolhedor.

Uma professora trouxe em sua resposta uma colocação bastante interessante, pois segundo ela não recebeu nenhuma formação e em sua sala de aula tem um aluno com necessidade educacional especial. Essa posição da professora nos leva a pensar que as formações para alunos especiais só acontecem para os professores que trabalham na sala de recurso multifuncional, e os professores do ensino regular que passam quatro horas diárias com esses alunos? Será que esses profissionais não seriam merecedores de uma formação também?

Na perspectiva da inclusão, é preciso trazer um ressignificado ao papel do professor, da escola e das práticas pedagógicas, isso inclui a formação e preparação de todos os profissionais da escola para lidar com as diferenças.

Segundo Freire (1982, p.101) é papel da educação: “de construir um conhecimento capaz de transformar uma realidade, operando mudanças de forma efetiva considerando as diferenças e as individualidades.” Desta forma, a sala de recursos contribui para que o papel da escola se efetive, de maneira que todos os alunos sejam contemplados nas suas necessidades.

Os participantes da pesquisa apresentaram a sala de recursos como um lugar de apoio, que vai servir de suporte para que o aluno possa desenvolver suas habilidades e competências. Os professores também ressaltaram o importante papel que a mesma possui na promoção da inclusão escolar. Já o professor da sala de recursos descreveu como seu trabalho se efetiva na prática, iniciando com um estudo de caso para depois elaborar o plano de cada aluno de forma individualizada, além desse instrumento o professor se utiliza também de uma ficha de registro do desempenho de cada aluno, bem como também fichas de presenças e o registro das atividades em forma de portfólio.

Conforme Mazzotta (1982, p. 48):

A sala de recursos, como o ensino itinerante, é uma modalidade classificada como auxílio especial. Como o próprio nome diz, consiste em uma sala da escola, provida com materiais e equipamentos especiais, na qual um professor especializado, sediado na escola, auxilia os alunos excepcionais<sup>8</sup> naqueles aspectos específicos em que precisam de ajuda para se manter na classe comum. O professor da sala de recursos tem uma dupla função: prestar atendimento direto ao aluno e indireto através de orientação e assistência aos professores da classe comum, às famílias dos alunos e aos demais profissionais que atuam na escola. Mediante esta modalidade de atendimento educacional, o aluno é matriculado na classe comum correspondente ao seu nível de escolaridade. Assim sendo, o professor especializado deve desenvolver o seu trabalho de forma cooperativa com os professores de classe comum.

O Ministério de Educação e Cultura (MEC) lançou um projeto de implantação de Salas de Recursos Multifuncionais nas escolas municipais e estaduais tem como propósito apoiar todas as escolas na oferta do atendimento educacional especializado de forma complementar ao processo de escolarização segundo o inciso 5 do artigo 8º da Resolução CNE/CEB nº. 2/2001

Essa iniciativa foi pensada para que para disponibilizar recursos e promover atividades que pudessem desenvolver o potencial de seus alunos, bem como promover a aprendizagem e a participação. Essa ação possibilita o apoio aos professores por meio de um trabalho colaborativo entre professor do ensino regular e professor da sala de recursos multifuncional.

Os professores foram unânimes em relatar que estão em constante contato com o professor da sala de recursos multifuncional tirando suas dúvidas, buscando sugestões, pedindo ajuda quando necessário.

### 5.5 A Aprendizagem do Aluno Atendido na Sala de Recurso Multifuncional

Os professores do ensino regular que possuem alunos com necessidades educacionais especiais consideram existir melhorias não só na aprendizagem, como no comportamento dos alunos que frequentam a sala de recursos. Conforme citação das respostas das professoras:

**Brinca com os outros alunos**, come sozinho, **realiza contagens curtas**, conta histórias, **reconhece letras**, não tem mais comportamento agressivo. (P1)

As melhorias são muitas, nas mínimas coisas observamos os avanços desses alunos. Uma delas é tirar algumas coisas do quadro, **reconhecer letras e números** e **brincar com os colegas**. (P2)

O aluno **participa das rodas de conversas**, **brinca com as outras crianças**, folheia livros e revistas fazendo observações, faz refeições sozinho e conhece algumas letras.(P3)

O aluno consegue ficar sem sair da sala; **conhece as letras do alfabeto** em diferentes situações; **realiza contagens**; melhorou a **socialização com os colegas** etc. Teve muitos avanços graças ao trabalho coletivo realizado com a escola. (P3)

Isso porque o professor da sala de recursos multifuncional providencia material didático, atividades, jogos ou brincadeiras para garantir que cada aluno possa superar suas dificuldades e aprender a ser um cidadão autônomo, sendo capaz de se relacionar bem no ambiente na qual está inserido.

O trabalho realizado na sala de recursos não é um reforço, mas uma complementação conforme sua necessidade específica e o desenvolvimento e avanços que esses alunos têm é acompanhado por meio de fichas de registro. Conforme resposta dada pelo professor da sala de recursos multifuncional:

Inicialmente é necessário que deixe bem claro para a família que na sala de recursos se realiza um atendimento educacional especializado e **não reforço**. Sempre trabalhamos com um **plano de AEE individual**, nele contém: objetivos, as atividades, as estratégias, dentre outros. Também temos as fichas de registro de desempenho de cada aluno, o registro de presença, os portfólios das atividades que realizam. (PAEE)

Pelas respostas dos questionários, podemos observar que existem vários fatores determinantes no avanço dos nossos alunos. É o trabalho do professor da sala do ensino regular, com o apoio da equipe gestora que facilita, dá o suporte necessário para promoção da inclusão e o trabalho individual que acontece no contra turno na sala de recurso multifuncional que fazem com que o aluno apresente melhorias no seu desempenho escolar e no seu comportamento com os demais alunos.

### **5.6 Como o Planejamento Coletivo pode Contribuir para o Trabalho do Professor do Ensino Regular com Aluno Especial**

Os professores também responderam perceberem o apoio da escola e do professor da sala de recursos multifuncional. Esse apoio de efetiva com o planejamento coletivo que as professoras descreveram:

**Sim, é semanal**, na qual montamos a rotina e as atividades. (P1)

**Sim, é quinzenal, nele o professor de AEE relata um pouco do que foi feito com o aluno**, expomos duvidas e **planejamos a rotina com atividades diferenciadas**. (P2)

**Sim, uma vez por semana** com a coordenação da escola. (P3)

Sim. Nos dias de planejamento semanal, geralmente **ele participa** para que possa **sugerir ou colaborar como planejamento**. (P4)

Os professores que fazem parte do primeiro ciclo planejam semanalmente com o professor da sala de recurso, já os do segundo ciclo o planejamento acontece quinzenalmente. A escola acredita na importância do trabalho colaborativo na construção de um ambiente melhor para se trabalhar. As professoras se sentem mais confiantes na realização de seus trabalhos quando planejam em conjunto e podem compartilhar suas dificuldades e assim buscarem a melhor maneira de realizarem seu trabalho.

No sentido do professor da sala do AEE participar do planejamento e dos grupos de estudo da escola buscar sempre ajudar aos professores trazendo esclarecimentos e ajuda para trabalhar com os alunos com necessidades educacionais especiais. Conforme resposta dada pelo professor da sala de recurso multifuncional:

O meu trabalho é bem transparente, assim como o do professor da sala de aula comum que tem alunos com deficiência. **Participo dos grupos de estudo** na tentativa de repassar as informações que obtenho nas formações continuadas. **Todo professor regente que tem aluno com deficiência na hora do**

**seu planejamento eu participo**, assim fica dinâmico essa troca de conhecimento entre profissionais. (PAEE)



## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa proporcionou o conhecimento de como acontece o trabalho realizado na sala de recursos multifuncional no contexto de uma escola estadual do município de Rio Branco localizada num bairro periférico, na qual foram respondidos questionários pelos professores que possuem em sua sala de aula alunos com necessidades educacionais especiais e o professor da sala de recursos.

Apresenta, também, a sala de recursos multifuncional, como um espaço indispensável para que a inclusão escolar ocorra revelando pontos positivos e negativos. Foi possível verificar como a sala de recursos é vista pelos professores como uma ação de grande importância para o avanço dos alunos e para promoção da inclusão à medida que o aluno recebe um atendimento individual conforme sua deficiência ou necessidade. No entanto, não podemos negar que ainda existem professores que não se sentem preparados para lidar com as diferenças, alegando que não existe uma formação para eles, mas apenas para o docente da sala de recursos multifuncionais.

O trabalho também apresentou as políticas públicas brasileiras para a Educação Especial na qual as salas de recursos se destacam por serem colocadas como um espaço prioritário para a ação do professor. A dimensão multifuncional da sala remete a oferta de matérias necessárias para atender a pluralidade e toda diversidade de alunos que ali chegar.

O resultado dessa investigação aponta para a funcionalidade que a sala de recursos tem tido na escola investigada, no sentido de apresentar resultados visíveis na vida escolar de seus alunos. Podemos também dizer que isso não é um privilégio ou sorte da escola, mas que acontece por causa do trabalho em conjunto que é realizado pela gestão da escola, que vai desde o apoio financeiro para adquirir equipamentos, como em organizar grupos de estudo e planejamento com todos os professores para organizar suas ações de maneira a atingirem seus objetivos com todos os seus alunos indistintamente. Foi possível detectar que o sucesso da escola pesquisada se dá pelo planejamento coletivo que possibilita que todos os professores da sala de ensino regular se sintam apoiados, e também têm a possibilidade de tirarem suas dúvidas, planejarem atividades diferenciadas para trabalharem as diferentes habilidades.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Denise de Oliveira. **Sala de Recursos Multifuncionais: espaços para atendimento educacional especializado.** Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. Brasília, 2006. Antares: Nobel, 1986.

ARANHA, Maria Salete. **Paradigmas da relação da sociedade com as pessoas com deficiência.** Artigo publicado na Revista do Ministério Público do Trabalho, Ano XI, n. 21 março, 2001. pp.160-173. Disponível em:  
<<http://www.adion.com.br/mznews/data/paradigmas.pdf>.> Acesso em: 11 jun. 2009

ARAÚJO, Luiz Alberto David. **Pessoa portadora de deficiência: proteção constitucional das pessoas portadoras de deficiência.** 3. ed., rev., ampl. e atual. Brasília: CORDE, 2003.

BRASIL. Lei nº 7.044, de 18 de outubro de 1982. Altera Dispositivos da Lei n. 5.692, de 11 de agosto de 1971, referentes a **profissionalização do ensino de 2.o grau.** Disponível em: <[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L7044.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L7044.htm)>. Acesso em: 02 outubro. 2015.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 16 jul. 1990.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, 23 dez. 1996.

BRASIL. Lei nº 11.700, de 13 de junho de 2008. Acrescenta inciso X ao caput do art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para assegurar vaga na escola pública de educação infantil ou de ensino fundamental mais próxima de sua residência a toda criança a partir dos 4 (quatro) anos de idade. **Diário Oficial da União**, Brasília, 16 jun. 2008.

BRASIL. Lei nº 12.061, de 27 de outubro de 2009. Altera o inciso II do art. 4º e o inciso VI do art.10 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para assegurar o acesso de todos os interessados ao ensino médio público. **Diário Oficial da União**, Brasília, 28 out. 2009.

BRASIL. Parecer CNE/CEB nº 11, aprovado em 10 de maio de 2000. Dispõe sobre as diretrizes curriculares nacionais para a educação de jovens e adultos **Diário Oficial da União**, Brasília, 7 jun. 2000.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Declaração Universal dos Direitos do Homem**. Disponível em <  
[http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis\\_intern/ddh\\_bib\\_inter\\_universal.htm](http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm)> acesso em 13 de Setembro de 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. **Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial**. Brasília: MEC/SEESP, 1994.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais: adaptações curriculares – estratégias para a educação de alunos com necessidades educacionais especiais**. Secretaria da Educação Fundamental / Secretaria da Educação Especial. Brasília: MEC/SEF/SEESP, 1999.

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. - **Características da investigação qualitativa**. In: *Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto, Porto Editora, 1994.

CARVALHO, Rosita Edler. **Educação inclusiva: com os pingos nos “is”**. Porto Alegre: Mediação, 2000.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia científica**.5.ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. Adotada e proclamada pela resolução 217 A (III) da Assembléia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948.

DUARTE, Sérgio Guerra. **Dicionário Brasileiro de Educação**. Rio de Janeiro: Edições Antares: Nobel, 1986.

FREIRE, Paulo. **Educação: o sonho possível**. In: BRANDÃO, Carlos (org.). **O Educador: vida e morte**. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

GALLIMORE, R. E THARP, R. **O Pensamento Educativo Na Sociedade: ensino, escolarização e discurso escrito**. In MOLL, L. Vygotsky e a Educação: implicações pedagógicas da psicologia sócio-histórica. Porto Alegre. Artes médicas, 1996. p. 11-200

GANDIN, Danilo. **O planejamento como ferramenta de transformação da prática educativa**, 2008.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999

GLAT, R. **Capacitação de professores: primeiro passo para uma Educação Inclusiva**. In: TANAKA, N. N. & SHIMAZAKI, E. M. (Org.). **Perspectivas multidisciplinares em Educação Inclusiva**. Londrina: EDUEL, 1998.

GOFFREDO, V. L. F. S. **Educação especial: tendências atuais**. Brasília: Associação de Comunicação Educativa; Roquete Pinto, 1999.

JESUS, S.N. e MARTINS, M. M. **Escola inclusiva e apoios educativos**. 1ª edição. Edições Asa, 2000.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 1992

MANTOAM, Maria Tereza (org). **O desafio das diferenças na escola**. Petrópolis: Vozes, 2008.

MANTOAM, Maria Tereza. **Inclusão Escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** 2ªed. São Paulo: Moderna, 2006.

MANTOAM, Maria Tereza. **Inclusão escolar: pontos e contrapontos.**1ª ed. São Paulo: Summus, 2005.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **O uso de abordagens qualitativas na pesquisa em serviço social.** In: Martinelli, Maria Lúcia (org.). Pesquisa qualitativa: um instigante desafio. São Paulo: Veras editora. 1999.

MAZZOTA, M. J. S. **Educação Especial no Brasil: histórias e políticas públicas.** São Paulo: Cortez, 2005.

MAZZOTTA, M. J. S. **Fundamentos da educação especial.** São Paulo: Pioneira, 1982.

MENEGOLLA, Maximiliano. SANT'ANNA, Ilza Martins. **Por que planejar? Como planejar?**10ª Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

MIRANDA, Arlete Aparecida Bertolodo. **História, deficiência e educação especial.** Disponível em: <[http://www.histedbr.fae.unicamp.br/art1\\_15.pdf](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/art1_15.pdf)>. Acesso em: 11 agosto. 2015.

MISÉS, R. **A criança deficiente mental –uma abordagem dinâmica.** Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

\_\_\_\_\_. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. **Diário Oficial da União** de 23 de dezembro de 1996.

\_\_\_\_\_. Nota Técnica nº 11, de 7 de maio de 2010. **Orientações para a institucionalização da Oferta do Atendimento Educacional Especializado-AEE em Salas de Recursos Multifuncionais, implantadas nas escolas regulares.** Brasília: SEESP/GAB, 2010.

ROSA, S. P. S. **Fundamentos teóricos e metodológicos da inclusão.** Curitiba: IESD, 2005.

ROCHA, M.C. Educação regular. In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. **Dicionário: trabalho, profissão e condição docente**. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CDROM

SAVIANI, D. **Sistema Nacional de Educação: conceito, papel histórico e obstáculos para sua construção no Brasil**. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 31, 2008, Caxambu. Anais. Rio de Janeiro: ANPED, 2008. Disponível em: <[http://www.anped.org.br/reunioes/31ra/trab\\_encomendados.htm](http://www.anped.org.br/reunioes/31ra/trab_encomendados.htm)>. Acesso em: 16 set. 2015.

SILVA, L. M. **O estranhamento causado pela deficiência: preconceito e experiência**. Revista brasileira de educação. 11(33): 424-561, 2006.

SILVA O. M. **A epopéia ignorada – A pessoa deficiente na História do mundo de ontem e hoje**. São Paulo: CEDAS, 1987.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Declaração dos direitos das pessoas deficientes**. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dec\\_de.pdf](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dec_de.pdf)>. Acesso em: 12 de setembro de 2015.

OLIVEIRA, Valeska Fortes de; DAL-FORNO, Josiane Pozzatti. **O professor na escola inclusiva: construindo saberes**. Disponível em: <[www.anped.org.br/reunioes/28/textos/gt151153int.rtf](http://www.anped.org.br/reunioes/28/textos/gt151153int.rtf)>. Acesso em: 10 de setembro de 2015.

UNESCO. **Declaração de Salamanca sobre princípios, política e prática na área das necessidades educativas especiais**. In: CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS, 1994.

VIGOTSKI, L. S. **Psicologia pedagógica**. Porto Alegre: Artmed, 2003. (Trabalho original publicado em 1926)

VYGOTSKY, Lev Semenovich. **A formação social da mente**. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

## APÊNDICES

**APÊNDICE A – Questionário para o Professor da Sala de Recursos Multifuncional**

Universidade de Brasília  
Universidade de Brasília – UnB  
Instituto de Psicologia – IP

Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED  
Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde - PGPDS

**Questionário para o professor da sala de recursos multifuncional**

Atualmente a inclusão escolar é uma realidade, na qual os alunos que estavam separados agora estão voltando para o ensino regular e a escola está se preparando para essa nova realidade.

O presente questionário contribuirá para a monografia de finalização do curso Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar. A sua colaboração será muito importante para o processo de construção do conhecimento sobre inclusão escolar.

Desde já, agradeço a contribuição.

**DADOS DO PESQUISADO**

Idade: \_\_\_\_\_

–

Sexo: \_\_\_\_\_

–

Curso \_\_\_\_\_ na  
graduação: \_\_\_\_\_

Tempo \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ regência \_\_\_\_\_ como  
docente: \_\_\_\_\_

Número \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ alunos  
atendidos: \_\_\_\_\_

Frequencia com a qual o aluno vai à sala de  
recursos: \_\_\_\_\_



Tempo atuando como docente em sala de recurso: \_\_\_\_\_

Possui cursos para atuar no ensino especial? \_\_\_\_\_

### **Questionário para o professor da sala de recursos multifuncional**

**1 – Como você vê a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais no ensino regular?**

**2- A sala de recursos é um espaço importante para inclusão dos alunos? Por que?**

**3- Quais as estratégias utilizadas pela sala de recursos multifuncional para apoiar o aluno com necessidades especiais?**

**4- Quanto ao material disponível na sala de recursos:**

A sala não tem todos os recursos necessários

A sala dispõe de todos os recursos necessários

Aos poucos a sala está obtendo os recursos materiais necessários

Fale sobre esta situação:

**7 - Participou de alguma formação na graduação para atuar na sala de recursos multifuncional? Fale sobre esta formação:**

**8 – Participa ou participou de algum curso de formação continuada para atuar como professor de sala de recurso? Fale sobre esta situação:**

**9 – Como ocorre a integração de seu trabalho com o trabalho do professor regente de sala de aula, de modo a promover o processo ensino aprendizagem dos alunos?**

**10 – Quais os obstáculos (caso eles existam) que dificultam o seu trabalho com o professor regente?**

**11 – Quais estratégias são criadas pela sala de recurso para promover a inclusão dos alunos com necessidades especiais com os demais alunos da escola? Cite-as, por favor.**

**12 – Existem dificuldades que impeçam a sala de recurso de desenvolver uma inclusão de qualidade para com os alunos com necessidades especiais?**

**13 - A sala de recurso colabora para o processo de ensino aprendizagem dos alunos com necessidades especiais? De quais formas?**

## **APÊNDICE B - Questionário para o professor regente que tem aluno atendido na sala de recursos**



Universidade de Brasília

Universidade de Brasília – UnB

Instituto de Psicologia – IP

Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED

Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde – PGPDS

### **Questionário para o professor regente que tem aluno atendido na sala de recursos**

Atualmente a inclusão escolar é uma realidade, na qual os alunos que estavam separados agora estão voltando para o ensino regular e a escola está se preparando para essa nova realidade.

O presente questionário contribuirá para a monografia de finalização do curso Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar. A sua colaboração será muito importante para o processo de construção do conhecimento sobre inclusão escolar.

Desde já, agradeço a contribuição.

### **DADOS DO PESQUISADO**

Idade: \_\_\_\_\_

Sexo: \_\_\_\_\_

Curso na graduação: \_\_\_\_\_

Tempo de regência como docente: \_\_\_\_\_

Tempo atuando como docente em sala de aula \_\_\_\_\_

Possui curso(s) para atuar no ensino especial? \_\_\_\_\_

---

**Questionário para o professor regente que tem aluno atendido na sala de recursos**

1. **Sua opinião acerca da inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais no ensino regular?**
2. **Para você, qual a função da sala de recurso multifuncional?**
3. **Quais as estratégias você estabelece com o professor da sala de recurso multifuncional de modo a promover o processo ensino aprendizagem de seu aluno?**
4. **Você acredita no trabalho realizado na sala de recurso multifuncional?**
5. **Cite as melhorias, observadas por você, na aprendizagem do aluno atendido na sala de AEE?**
6. **Fale sobre o apoio que você percebe da escola, em relação a sala de recursos?**
7. **Você participa de algum planejamento com o professor da sala de recursos? Como funciona?**
8. **Para você, a sala de recurso multifuncional de sua escola, desempenha o papel para o qual foi destinada?**

## ANEXOS

**ANEXO A - Aceite Institucional**

Universidade de Brasília – UnB

Instituto de Psicologia – IP

Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED

Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde - PGPDS

Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar

**Aceite Institucional**

O (A) Sr./Sra. \_\_\_\_\_ (*nome completo do responsável pela instituição*), da \_\_\_\_\_ (*nome da instituição*) está de acordo com a realização da pesquisa de \_\_\_\_\_, de responsabilidade \_\_\_\_\_ do(a) pesquisador(a) \_\_\_\_\_, aluna do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar no Instituto de Psicologia do Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano da Universidade de Brasília, realizado sob orientação da Prof. Doutor/Mestre. \_\_\_\_\_.

O estudo envolve a realização de \_\_\_\_\_ (*entrevistas, observações e filmagens etc*) do atendimento \_\_\_\_\_ (*local na instituição a ser pesquisado*) com \_\_\_\_\_ (*participantes da pesquisa*). A pesquisa terá a duração de \_\_\_\_\_ (*tempo de duração em dias*), com previsão de início em \_\_\_\_\_ e término em \_\_\_\_\_.

Eu, \_\_\_\_\_ (*nome completo do responsável pela instituição*), \_\_\_\_\_ (*cargo do(a) responsável do(a) nome completo da instituição onde os dados serão coletados*), declaro conhecer e cumprir as Resoluções Éticas Brasileiras, em especial a Resolução CNS 196/96. Esta instituição está ciente de suas corresponsabilidade como instituição coparticipante do presente projeto de pesquisa, e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos sujeitos de pesquisa nela recrutados, dispondo de infraestrutura necessária para a garantia de tal segurança e bem-estar.

\_\_\_\_\_ (local), \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ (data).

Nome do (a) responsável pela instituição

Assinatura e carimbo do(a) responsável pela instituição

**ANEXO B – Carta De Apresentação**

Universidade de Brasília – UnB  
 Instituto de Psicologia – IP  
 Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED  
 Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão  
 Escolar

**Carta De Apresentação****Da: Universidade de Brasília– UnB/Universidade Aberta do Brasil – UAB****Polo:** \_\_\_\_\_**Para: o (a): Ilmo(a). Sr(a). Diretor(a)** \_\_\_\_\_**Instituição:** \_\_\_\_\_**Carta de Apresentação**

Senhor (a), Diretor (a),

Estamos apresentando a V. S<sup>a</sup> o(a) cursista pós-graduando(a)

\_\_\_\_\_ que está em processo de realização do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar.

É requisito parcial para a conclusão do curso, a realização de um estudo empírico sobre tema acerca da inclusão no contexto escolar, cujas estratégias metodológicas podem envolver: entrevista com professores, pais ou outros participantes; observação; e análise documental.

A realização desse trabalho tem como objetivo a formação continuada dos professores e profissionais da educação, subsidiando-os no desenvolvimento de uma prática pedagógica refletida e transformadora, tendo como consequência uma educação inclusiva.

Desde já agradecemos e nos colocamos a disposição de Vossa Senhoria para maiores esclarecimentos no telefone: (061) 3107-6911.

Atenciosamente,

\_\_\_\_\_  
 Coordenador(a) do Polo ou Professor(a)-Tutor(a) Presencial

Coordenadora Geral do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano,

Educação e Inclusão Escolar: **Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>a</sup> Diva Albuquerque Maciel**

**ANEXO C - Termo De Consentimento Livre E Esclarecido**

Universidade de Brasília – UnB  
 Instituto de Psicologia – IP  
 Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED  
 Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar

---

**Termo De Consentimento Livre E Esclarecido**

Senhor(a) Professor(a),

Sou orientando(a) do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, realizado pelo Instituto de Psicologia por meio da Universidade Aberta do Brasil/Universidade de Brasília (UAB-UnB) e estou realizando um estudo sobre \_\_\_\_\_. Assim, gostaria de consultá-lo(a) sobre seu interesse e disponibilidade de cooperar com a pesquisa.

Esclareço que este estudo poderá fornecer às instituições de ensino subsídios para o planejamento de atividades com vistas à promoção de condições favoráveis ao pleno desenvolvimento dos alunos em contextos inclusivos e, ainda, favorecer o processo de formação continuada dos professores nesse contexto de ensino.

A coleta de dados será realizada por meio de \_\_\_\_\_.  
*(explicitar todas as técnicas de coleta de dados: gravações em vídeo das situações cotidianas e rotineiras da escola; entrevistas, observações, questionários etc.)*

Esclareço que a participação no estudo é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. Você poderá deixar a pesquisa a qualquer momento que desejar e isso não acarretará qualquer prejuízo ou alteração dos serviços disponibilizados pela escola. Asseguro-lhe que sua identificação não será divulgada em hipótese alguma e que os dados obtidos serão mantidos em total sigilo, sendo analisados coletivamente. Os dados provenientes de sua participação na pesquisa, tais como \_\_\_\_\_ *(explicitar instrumentos de coleta de dados)*, ficarão sob a guarda do pesquisador responsável pela pesquisa.

Caso tenha alguma dúvida sobre o estudo, o(a) senhor(a) poderá me contatar pelo telefone \_\_\_\_\_ ou no endereço eletrônico \_\_\_\_\_. Se tiver interesse em conhecer os resultados desta pesquisa, por favor, indique um e-mail de contato.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o(a) pesquisador(a) responsável pela pesquisa e a outra com o senhor(a).

Agradeço antecipadamente sua atenção e colaboração.

Respeitosamente.

\_\_\_\_\_  
 Assinatura do Pesquisador

\_\_\_\_\_  
 Assinatura do Professor

Nome do Professor: \_\_\_\_\_

E-mail(opcional): \_\_\_\_\_